



Cláudia Regina da Costa Pinna

**Parentalidade transcultural nos casais em
vivência de exílio**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Clínica do Departamento
de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^{fa}. Rebeca Nonato Machado

Rio de Janeiro
Maio de 2020



Cláudia Regina da Costa Pinna

**Parentalidade transcultural nos casais em
vivência de exílio**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Rebeca Nonato Machado

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Diana Dadoorian

Instituto de Psiquiatria - UFRJ - Rio

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2020.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Cláudia Regina da Costa Pinna

Graduou-se em Psicologia na Universidade Santa Úrsula em 1978. Experiência na área Escolar e Social. Especialização em Terapia de Família e Casal pela CCE/PUC-Rio concluída em 2016. Atua na área Clínica Individual e em Psicoterapia de Casal e Família.

Ficha Catalográfica

Pinna, Cláudia Regina da Costa

Parentalidade transcultural nos casais em vivência de exílio/ Cláudia Regina da Costa Pinna; orientadora: Rebeca Nonato Machado. – 2020.

90. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2020.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Ruptura. 3. Transmissão. 4. Parentalidade. 5. Exílio. I. Machado, Rebeca Nonato. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

A meus avós paternos e maternos,
que tiveram a coragem de cruzar
fronteiras e explorar o desconhecido.

Agradecimentos

À professora Rebeca Nonato Machado, por me orientar com competência, preciosismo, afeto e por sua generosidade em ensinar e transmitir seu conhecimento, sempre incentivando meu crescimento nesse percurso.

À professora Terezinha Féres-Carneiro, por acompanhar, orientar uma parte importante de meu percurso acadêmico e aceitar fazer parte da Banca Examinadora.

À professora Diana Dadoorian, por suas importantes contribuições em outros momentos importantes do meu caminho profissional e agora, por gentilmente aceitar fazer parte da Banca Examinadora.

Ao Marcos, companheiro da jornada de nossa vida conjugal, pelo seu amor e respeito, quando tantas vezes, o meu silêncio e distanciamento foram necessários para essa travessia.

A meus filhos Bruna e Rafael, esse amor incondicional, a quem dedico essa conquista, pelo incentivo e orgulho, que tanto me inspiram a seguir em frente, em mais um momento desafiador de nossas vidas.

A meus pais Luiza e Celso, filhos de exilados, com quem aprendi, desde cedo, que a vida é lutar, criar e produzir aquilo que se quer. Nada vem pronto!

À minha analista Maria Helena Martinho, que acompanha minhas migrações psíquicas para novos lugares de existência.

Às queridas amigas/irmãs Elismara Marques e Gisele Falcão, que com o calor da amizade me incentivaram a entrar nesse barco e fazer a travessia.

À amiga Carla Mendes, sempre presente com amizade e disponibilidade para organizar essa produção desde o projeto inicial.

À irmã Terezinha que mobilizou uma Força maior de Luz e proteção, quando tudo isso parecia inalcançável.

Aos casais participantes desta pesquisa pela disponibilidade e confiança.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Pinna, Cláudia Regina da Costa; Machado, Rebeca Nonato. **Parentalidade transcultural de casais em vivência de exílio**. Rio de Janeiro, 2020. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em um cenário de deslocamentos contínuos por situações de violência generalizada no país de origem, encontramos sujeitos vivendo o exílio com as lembranças da terra natal, como algo deixado para trás e para sempre. Essa fissura no envelope social, que a “pátria mãe” deixa em “seus filhos”, provoca uma ferida incurável, levando a situações de desamparo, perdas e danos. Esta pesquisa apresentada em formato de dois artigos teve como objetivo investigar a parentalidade transcultural de casais em vivência de exílio, tendo o primeiro filho nascido em território brasileiro. Para alcançar os objetivos propostos foram entrevistados quatro casais, sendo três provenientes do mesmo país sul-americano e um de país africano. Cada cônjuge foi entrevistado individualmente, configurando um total de oito pessoas (n=8). As entrevistas foram analisadas, segundo o método de análise de conteúdo. Constatou-se que para esses casais, a primeira experiência de parentalidade representou uma criação potente de um mundo novo, fundado entre o duradouro e o efêmero, o passado e o presente, permitindo a reparação do vazio existencial ao qual o exílio os impulsionou.

Palavras-chave

Ruptura; transmissão; parentalidade, exílio; cultura.

Abstract

Pinna, Claudia Regina da Costa; Machado, Rebeca Nonato (Advisor). **Transcultural Parenthood of Couples in Exile**. Rio de Janeiro, 2020. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In a scenario of continuous displacements, due to situations of generalized violence in the country of origin, we find subjects living in exile with the memories of their homeland, as something left behind and forever. This crack in the social envelope, which the "motherland" leaves in "her children", causes an incurable wound, leading to situations of helplessness, loss and damage. This research, presented in the format of two articles, aimed to investigate the cross-cultural parenting of couples in exile, with their first child born in Brazilian territory. To achieve the proposed objectives, four couples were interviewed, three coming from the same South American country and one from an African country. Each spouse was interviewed individually, configuring a total of eight people (n=8). The interviews were analyzed according to the method of content analysis. It was found that for these couples, the first experience of parenthood represented a powerful creation of a new world, founded between the lasting and the ephemeral, the past and the present, allowing the repair of the void to which exile drove them.

Keywords

Rupture; transmission; parenthood; exile; culture.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. “Do luto à luta”: a construção da conjugalidade na vivência de exílio	16
2.1. Introdução.....	18
2.2. Método.....	20
2.2.1. Participantes.....	20
2.2.2. Instrumentos.....	23
2.2.3. Procedimentos.....	23
2.2.4. Análise de dados.....	23
2.3. Resultados e análise vertical dos dados	24
2.4. Resultados e análise horizontal dos dados	36
2.5. Considerações finais.....	39
3. Parentalidade transcultural: do nascimento do primeiro filho à criação de novas raízes.....	41
3.1. Introdução.....	43
3.2. Método.....	46
3.2.1. Participantes.....	46
3.2.2. Instrumentos.....	49
3.2.3. Procedimentos.....	49
3.2.4. Análise de dados.....	49
3.3. Resultados e análise vertical dos dados.....	50
3.4. Resultados e análise horizontal dos dados.....	72
3.5. Considerações finais.....	76
4. Conclusão.....	78
5. Referências bibliográficas.....	81
Anexos.....	86

Só conheço meu país pelo cheiro. Ele tem o cheiro da comida da minha mãe. Meu pai diz que a gente se lembra do cheiro do país da gente em toda a parte, mas só o reconhece quando está longe. A comida da minha mãe tem o mesmo cheiro no mundo inteiro, mas no estrangeiro tem um gosto diferente, por causa da saudade.

Aglaj Veteranyl, Por que a criança cozinha na polenta.

1 Introdução

O interesse pelo presente estudo deu-se a partir da prática como psicoterapeuta de família e casais. Ao longo dos anos, houve um aumento do número de pessoas que, por diversas motivações, procuravam melhores condições de vida, necessitando para isso deslocarem-se de seus locais de origem. Nesse movimento, diferentes organizações familiares constituíram-se e demandaram um olhar singular do trabalho psicoterapêutico. Algumas delas com pais e filhos de uma mesma cultura, morando no Brasil, e outras, com membros dos casais de culturas diferentes (sendo um dos cônjuges brasileiros), com filhos nascidos em uma dessas culturas. Em todas essas famílias, os elementos culturais apareciam como um fator bastante relevante na modulação das relações. Sendo assim, a proposta dessa dissertação surgiu como uma tentativa de investigar temas relevantes, como a parentalidade, visando a ampliar o olhar clínico com o entrelaçamento do fator cultural.

Convém assinalar que os movimentos migratórios têm se intensificado e diversificado, constituindo um importante desafio no mundo atual. Guerras, questões políticas, religiosas e ambientais levam muitos migrantes a buscarem outras formas de refazer suas vidas, o que geralmente acontece longe de seu Estado, cultura e família. Atualmente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que, em 2018, 70 milhões de pessoas estiveram em situação de deslocamento forçado em todo o mundo. Dessas, cerca de 25,9 milhões são refugiados, 3,5 milhões são solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio. No Brasil, segundo a ACNUR, 11.231 pessoas foram reconhecidas como tal (Fleury, 2019).

Na linha de análise sobre a contemporaneidade, Bauman (2017) postula que a globalização associada à busca do crescimento econômico promoveu uma migração em massa de dois grupos: de um lado, pessoas *redundantes, excessivas e não empregáveis*, os migrantes econômicos; de outro, os refugiados, *localmente intoleráveis*, rejeitados por guerras ou por conflitos causados por transformações sociais e lutas de poder. Para esse último grupo, marcado pela fragilidade existencial, as expectativas sociais tornam-se mais precárias.

Segundo a ONU (Organizações das Nações Unidas) há uma diferença legal entre os conceitos de refugiados e migrantes. Etimologicamente, “migrar” significa passar de um lugar a outro. Quem sai de seu país (ou região) de origem é um emigrante; quem chega é um imigrante. O termo costuma ser usado de forma genérica para descrever todo tipo de deslocamento humano.

Migração é comumente compreendida implicando um processo voluntário, como por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. Este não é o caso de refugiados, que não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional.

Nos últimos anos, houve um aumento expressivo de “migrantes forçados” que, mesmo não se encaixando plenamente na definição da Convenção de Genebra de 1951, são obrigados a fugir de seus territórios em decorrência de conflitos bélicos, desastres naturais ou condições degradantes de vida. Segundo Marinucci (2014), esse aumento de pessoas em fuga tem levado a comunidade internacional a ampliar o conceito de refugiado para debater formas de proteção.

No cenário sul-americano, por exemplo, uma grave crise em um dos países levou milhões de pessoas a pedirem refúgio em países vizinhos, inclusive o Brasil. Durante longo período, o reconhecimento oficial sobre a condição de imigrantes ou refugiados dessa população foi uma questão nos meios jurídicos. Em julho de 2019, em uma decisão do governo brasileiro, foi estabelecida a definição ampliada de refugiado para as solicitações de reconhecimento desses cidadãos.

Migrantes, imigrantes ou refugiados, para qualquer um desses conceitos ou definição há um itinerário comum a todos aqueles que se deslocam: partir de sua “casa” em busca de um “lugar-destino”. Dessa maneira, para nosso estudo adotamos a ideia de exílio por nos remeter melhor a vivência de desenraizamento. Etimologicamente (Michaelis, online) exílio significa degredo voluntário ou forçado. A associação com a expulsão está vinculada ao vocábulo, o que o coloca muito próximo do refúgio. Entretanto, existem algumas particularidades que os diferenciam, como os mecanismos legais que caracterizam um refugiado.

Qualquer situação de deslocamento implica em perdas, grandes ou pequenas, passageiras ou definitivas. Sujeitos desenraizados devido a guerras e conflitos políticos. No país de destino, alguns encontram referências culturais

mais próximas das de origem, outros, mais distantes. Voluntária ou forçosamente, a vivência de exílio remete a estar distante, fora de sua terra e ao desterro.

Assim, a chegada a uma terra desconhecida e a incerteza do que há por vir tornam a experiência de migrar bastante marcante e decisiva. A presença em um lugar significa a ausência em outro e onde os fatores culturais desempenham um papel relevante na articulação com a nova cultura, afetando sua organização psíquica e as relações por eles formadas. Nesse contexto, encontramos sujeitos que nascem em uma terra e, sem que para lá retornem, vivem deslocados dela, tentando replantar suas raízes no país que escolheram como destino.

O primeiro momento de transição é o encontro com outra cultura, acarretando esforços daqueles que se deslocam. Esse processo é definido por Berry (1992) como aculturação psicológica. Para o autor, o contexto cultural provoca mudanças em ambos os grupos: na sociedade receptora e nos sujeitos em aculturação. Alguns parecem estar mais abertos a esse processo e outros parecem se manter em suas próprias identidades culturais. Essas atitudes vão delinear alguns processos de aculturação, desde a integração à marginalização. Berry refere-se à integração como o processo em que o sujeito une os dois mundos, mantendo características da sociedade receptora e conservando parte da identidade cultural. A marginalização refere-se à recusa em manter contato com a sociedade local, ao mesmo tempo em que rejeita sua cultura de origem.

No país de destino os sujeitos tentam reconstruir suas vidas sob a influência de uma história geracional, que inclui atitudes, expectativas, valores (em uma perspectiva vertical), e de uma história atual, marcada pelas mudanças culturais e transições no ciclo de vida (em uma perspectiva horizontal). Quando essa experiência de reconstrução pode ser compartilhada na vivência da conjugalidade, com alguém que porta a mesma cultura do país de origem, fatores protetivos à díade parecem criar um apoio mútuo e até serem correlacionados a uma vida a dois mais satisfatória.

Entretanto, ao se tornarem pai e mãe, questões inconscientes e conscientes, sociais e culturais atravessam o casal. Heranças parentais recebidas das culturas familiares serão transmitidas aos filhos em uma travessia de inúmeras turbulências ligadas à relação com os próprios pais e ao deslocamento do lugar de filhos para pais.

Embora os membros do casal vivam essa experiência juntos, a vulnerabilidade da experiência da mãe traz algumas particularidades. Lebovici (1987) nos mostra que, além do bebê real, há o bebê imaginário, o bebê fantasmático e o bebê mítico na representação do mundo interno da mãe. O bebê imaginário é fruto dos desejos e fantasias conscientes. O bebê fantasmático é essencialmente inconsciente com origens que remetem às raízes edípicas da menina que um dia a mãe foi. O bebê mítico, para Lebovici, é o conceito de bebê cultural pertencente à mesma cultura da mãe.

Essas representações mesclam e se alternam no encontro com o bebê real. Daí a importância, destaca o autor, da adaptação às necessidades do bebê real, um processo de angústia vivido pela mãe na integração do bebê imaginário com o bebê real. Para Lebovici (1987) esse momento é similar a um estado depressivo menor e dependendo das condições gestacionais e do parto, a modulação de diferentes afetos ganha diversas modalidades de expressão.

Quando o ineditismo da parentalidade é atravessado pelas turbulências do exílio os pais deparam-se com angústias normais do momento de espera associadas às rupturas de seus referenciais de sustentação. Precisam envelopar seu bebê em um momento em que vivem a falta de proteção do tecido familiar, social e cultural que os envolvia durante um tempo de suas histórias. Anzieu (1985) assinala que para um sujeito se sentir inteiro e ter a consistência de um corpo, é necessário que envelopes psíquicos sejam desenvolvidos a partir de experiências sensoriais, como as sonoras, gustativas, térmicas e olfativas. Elementos fundantes da experiência humana que deixam marcas na memória mais primitiva.

Por analogismo, essas ideias podem ser transplantadas na constituição do corpo social, em que a sonoridade da língua materna, o cheiro, o tempero de comidas típicas e as atividades feitas em dias de frio ou de calor dão aos sujeitos o envelope de proteção e o conforto do pertencimento a uma terra, a qual ele pode chamar de “pátria-mãe”. Diante de tais questões, interessou-nos pesquisar a vivência dos membros dos casais que se tornaram pais, a partir da vivência de uma ruptura.

Assim, o objetivo geral desse estudo é investigar a construção da parentalidade de casais em vivência de exílio que tiveram o primeiro filho no Brasil. Com relação aos objetivos específicos, primeiramente, buscamos compreender as motivações para a saída do país de origem e o impacto dessa

transição na formação da conjugalidade. Em seguida, considerando as especificidades das vivências de cada cônjuge, aspiramos a analisar o impacto dos aspectos culturais de origem e os do Brasil nas vicissitudes da construção parentalidade em cada membro do casal.

Para a composição dessa dissertação, apresentamos dois artigos resultantes de uma pesquisa qualitativa com delineamento de investigação empírica. Tais artigos foram desenvolvidos considerando as questões mais relevantes emergidas do estudo de campo. No primeiro, intitulado “Do luto à luta”: a construção da conjugalidade na vivência de exílio, discutimos as motivações para a migração e os impactos das diversas transições na constituição da conjugalidade. Refletimos sobre como cada cônjuge conseguiu atravessar a experiência de viver entre dois mundos, com os elementos do novo país e os vínculos culturais (familiares e sociais) portados de suas origens. Consideramos relevante aprofundar a análise sobre a conjugalidade para desenvolvermos uma compreensão mais integrada sobre a constituição do casal parental.

No segundo artigo, intitulado “Parentalidade transcultural: do nascimento do primeiro filho à criação de novas raízes”, abordamos a construção da parentalidade transcultural de casais que tiveram o primeiro filho nascido no Brasil, como consolidação do novo núcleo familiar, ao qual foram agregados elementos de transmissão geracional para a reconstrução dos laços rompidos na continuidade familiar. Na composição do grupo de casais para essa pesquisa deparamo-nos com duas fases importantes no ciclo vital: filhos na primeira infância e na adolescência. Dessa maneira, analisamos as projeções, expectativas e desígnios de cada membro do casal parental na arquitetura de sonhos para a família.

2

“Do luto à luta”: a construção da conjugalidade na vivência de exílio

Resumo

Em uma época de mudanças nas esferas sociais, as fronteiras ganham diversas definições com a globalização dos sistemas de produção, a disseminação de informação e os deslocamentos de pessoas na condição de migração. Aqueles que se deslocam vivem a necessidade de transplantar raízes. Essa mudança produz impacto na dimensão subjetiva dos sujeitos, quando confrontados com os padrões existentes no país de destino e com as implicações psicossociais na reconstrução identitária. Nessa situação, a condição de tornar-se casal passa a ser um projeto em um terreno de incertezas, tornando decisiva a experiência migrar-casar. Em vista disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a construção da conjugalidade de casais que vivem em exílio. Foram enfocados aspectos desde as motivações que os levaram a sair do país natal, a separação das famílias de origem, a formação de redes sociais e, por fim, os desafios enfrentados na formação da nova díade conjugal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, da qual participaram quatro casais, sendo três provenientes do mesmo país sul-americano e um de país africano. Cada cônjuge foi entrevistado individualmente, configurando um total de oito pessoas (n=8). Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), em delineamento vertical de cada casal e, em seguida, uma discussão horizontal dos quatro. Percebemos que as dores das rupturas decorrentes da vivência de exílio levaram os cônjuges a criarem um elo forte, encontrando na conjugalidade um potente recurso emocional na elaboração das perdas. A parceria conjugal possibilitou condições para novos projetos de vida, sendo a parentalidade a decisão mais marcante.

Palavras-chave

Conjugalidade; imigração; exílio; família de origem.

Abstract

In an era of change in the social spheres, borders gain various definitions with the globalization of production systems, the dissemination of information and the displacement of people in the condition of migration. Those who move live the need to transplant roots. This change impacts on the subjective dimension of subjects when confronted with the existing patterns in the destination country and with psychosocial implications in identity reconstruction. In this situation, the condition of becoming a couple becomes a project in a field of uncertainty making the migration-marriage experience decisive. In view of this, the present work aimed to analyze the construction of conjugality of couples living in exile. Aspects ranging from the motivations that led them to leave their home country, the separation of their original families, finally, the challenges faced in the formation of the new conjugal diary, were focused on. This is a qualitative research in which four couples participated, three from the same South American country and one from an African country. Each spouse was interviewed individually, making up a total of eight people (n=8). The data were analyzed from the content analysis proposed by Bardin (2011) in vertical delineation of each couple and then a horizontal discussion of the four. We noticed that the pains of the ruptures resulting from the experience of exile led each spouse to create a strong bond, finding in conjugality a powerful emotional resource in the elaboration of losses. The conjugal partnership made possible conditions for new life projects, being parenting the most remarkable decision.

Keywords

Marriage; immigration; exile; family of origin.

2.1 Introdução

Os movimentos migratórios se intensificaram e diversificaram nas últimas décadas, constituindo um importante desafio no mundo atual. A intensidade e a complexidade da mobilidade humana têm trazido interrogações em relação a suas causas. A cada dia surgem novas motivações para o deslocamento humano, populações buscando um lugar seguro para se instalar, formar famílias e trabalhar. Guerras, questões políticas, religiosas e ambientais levam muitos migrantes a outra forma de refazer suas vidas, o que geralmente acontece longe de seu Estado, cultura e família.

Nesse cenário de deslocamentos, o reajustamento a uma nova cultura não é um processo simples e constitui um evento que afeta não só o sujeito individualmente, como toda a complexa rede do sistema familiar. Segundo Carter e McGoldrick (1995), o desenvolvimento da família perpassa o ciclo vital de seus membros, constituído por um conjunto de estágios sucessivos na vida do ser humano. Segundo as autoras, os fatores culturais desempenham um papel tão relevante que qualquer processo de migração pode ser considerado disruptivo, devendo ser representado como um estágio a mais no ciclo de vida.

Assim, em cada estágio, tarefas específicas serão cumpridas, tanto pelo sujeito quanto pelo respectivo sistema familiar, desencadeando um processo de transição para uma nova etapa do ciclo vital. Entre esses diferentes momentos, a fase de jovem adulto traz como principal tarefa os acordos a serem feitos com a família de origem, a fim de seguirem em frente nas decisões que farão nos estágios posteriores.

Momento de estabelecer objetivos pessoais e de se lançar em novos desafios para formarem um novo núcleo familiar. Nesse sentido, o processo de individuação e o sentimento de pertença à família passam a representar dois vetores de força que circulam nas relações entre pais e filhos. Podemos pensar nessa vivência de separação como uma migração afetiva na cadeia geracional, o que nem sempre ocorre com o apoio familiar. A maneira como as fases anteriores foram vividas e o período escolhido para a saída de casa pode tornar essa experiência de autonomia mais ou menos favorável. O jovem adulto expande as

próprias fronteiras e transplanta as raízes das famílias de origem em um novo território relacional e, às vezes, geográfico.

Entretanto, o desafio torna-se maior quando coexistem com essa expansão de fronteiras emocionais a vivência de desenraizamento do país de origem e a construção da conjugalidade. Um desafio para se estabelecerem em terras estrangeiras com estilos diferentes de ser, falar e se comportar. Fendas identitárias culturais tornam-se ainda maiores e mais dolorosas quando esse momento é marcado pela impossibilidade de retorno às famílias e ao país de origem, situação configurada na vivência de exílio.

A experiência de tal condição traz uma circulação de diversos afetos que passam a ser ressignificados na formação desse novo casal. Mesmo que ambos pertençam ao mesmo país de origem, as diferentes culturas familiares ganham maior visibilidade no momento em que eles precisam negociar o que irão deixar, levar, mas, principalmente, o que irão criar em uma cultura estranha, onde ambos são estrangeiros e precisando construir uma nova história. Uma reelaboração simbólica e intersubjetiva do casal posta à constituição subjetiva de cada um de seus membros.

A relação com a alteridade do par escolhido gera muitos impasses marcados pelas diferentes leituras de mundo da díade e da cultura do país escolhido. A descoberta sobre as diferenças entre os membros do casal fica claramente explícita. Esta condição requer um processo de amadurecimento na formação da dimensão intersubjetiva e não dependendo somente da dimensão intrapsíquica (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003; Magalhães, Féres-Carneiro & Gorin, 2013).

Em momentos de vulnerabilidade na vivência de refúgio, a constituição da conjugalidade pode sofrer impactos, com consequências psíquicas que colocam cada um dos parceiros em situações inéditas e com desafios ainda maiores no projeto inicial da vida a dois. Viver em um contexto com referências culturais diferentes das de origem exige do novo casal uma capacidade de investir na própria relação, para que juntos possam suturar o que ficou partido. Ademais, a conjugalidade pode significar um recurso de apoio mútuo para mitigar as perdas individuais.

Cada cônjuge vive inúmeras perdas acarretadas pelo deslocamento que necessitam ser negociadas pelos processos de aculturação (Franken, Coutinho &

Ramos, 2012), nos quais as referências culturais e sociais precisam ser ressignificadas. Nessas situações de encontro com o desconhecido, a vivência do luto cultural é fundamental para a elaboração da condição de exílio, já que os dois sujeitos do casal conjugal buscam a continuidade e um sentido novo para a vida (Mirkin & Kamy, 2008).

Nesse contexto, a busca por redes de apoio pode ajudá-los em situações cotidianas, como o trabalho, a moradia ou, até mesmo, em alguns conselhos para a nova vida. Segundo Sluzki (1997), a rede de apoio consiste nas relações identificadas pelo sujeito como significativas e, que de alguma maneira, podem contribuir para a reconstrução da identidade. Desse modo, as redes incluem os vínculos que envolvem amigos e a inserção em uma comunidade.

Assim, diante do exposto e salvaguardando a especificidade de cada situação dos casais estudados, este trabalho tem como objetivo geral compreender a constituição da conjugalidade de casais que vivem em exílio. Como objetivos específicos interessa-nos compreender as motivações que os levaram a sair do país, os impactos dessa separação nas famílias de origem, a formação da rede de apoio e as vicissitudes próprias da construção da díade conjugal.

Entendemos que a psicoterapia familiar está sempre a evoluir, exigindo dos clínicos refletirem sobre as diversas variáveis que compõem a dinâmica familiar. A vivência de exílio remete a outras maneiras de migração, cada qual com diferentes configurações de ruptura. Assim, consideramos relevantes as pesquisas e práticas que levem em conta a diversidade cultural das sociedades atuais que se reflete na composição das famílias contemporâneas.

2.2 **Método**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, com delineamento de investigação empírica.

2.2.1 **Participantes**

Participaram desta pesquisa quatro casais monoculturais, configurando um total de oito sujeitos entrevistados (n=8). Três casais são do mesmo país sul-

americano e um, de país africano, com idades atuais que variaram entre 27 a 45 anos, tendo saído dos países de origem com idades entre 24 e 30 anos; tempo de casamento entre 4 e 15 anos; filhos em idade entre 18 meses e 15 anos; tempo de permanência no Brasil entre 2 a 15 anos.

Os cônjuges dos casais sul-americanos saíram em momentos diferentes, mas já com uma grave situação no país, refletida em vários setores sociais, entre eles, os elevados níveis de desemprego. Saíram para tentar oportunidades melhores, mas esperavam poder retornar a qualquer momento. Entretanto, no decorrer do tempo, o que ocorreu foi um processo de acentuada precarização socioeconômica do país de origem, o que os levou a decisão de não retornarem.

Os do casal africano relataram a saída do país por grave situação de violência, fugindo de guerras que geram massacres, estupros, tráfico humano, doenças e desnutrição (Flaxaus & Schoumaker, 2016). Esses conflitos já produziram o deslocamento de milhões de pessoas dentro do próprio território e mais de um milhão de pessoas deslocadas para os países vizinhos. No Brasil, o fluxo dessa população já constituiu o segundo maior grupo a ter a solicitação de refúgio acolhida pelo governo brasileiro.

Na tabela 1 discriminamos o perfil desses casais, ocultando e adaptando dados que pudessem identificar os sujeitos. Desse modo, sem prejudicar o estudo, preservamos a confidencialidade e identidade dos participantes. A fim de preservar o anonimato dos entrevistados, optamos identificá-los por números e nomes fictícios. *Casal 1: Ângela e Olavo; Casal 2: Márcia e Luciano; Casal 3: Andréa e Felipe; Casal 4: Melina e André.*

Tabela 1
Caracterização dos participantes

	Nome	Nacionalidade	Idade atual	Idade de saída do país de origem	Tempo de casamento	Idade dos filhos	Tempo de permanência no Brasil	Escolaridade e situação de trabalho
<i>Casal 1</i>	Ângela	Sul-americana	28 anos	24 anos	4 anos	Filho de 2 anos	4 anos	Formada na área da Saúde. Trabalha na profissão.
	Olavo	Sul-americano	32 anos	28 anos	4 anos	Filho de 2 anos	5 anos	Formado na área de Ciências Humanas. Sem trabalho.
<i>Casal 2</i>	Márcia	Sul-americana	40 anos	25 anos	15 anos	Dois filhos - 11 e 15 anos	15 anos	Formada na área de Ciências Exatas. Sem trabalho.
	Luciano	Sul-americano	45 anos	30 anos	15 anos	Dois filhos - 11 e 15 anos	15 anos	Formado na área de Ciências Exatas. Trabalha como autônomo.
<i>Casal 3</i>	Andrea	Sul-americana	32 anos	26 anos	6 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	2 anos	Formada na área de Ciências Humanas. Sem trabalho.
	Felipe	Sul-americano	34 anos	28 anos	6 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	2 anos	Formado na área de Ciências Humanas. Trabalha em empresa.
<i>Casal 4</i>	Melina	Africana	27 anos	20 anos	4 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	7 anos	Nível Superior Incompleto. Trabalha com estética.
	André	Africano	30 anos	26 anos	4 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	4 anos	Formado na área de Ciências Exatas. Trabalha com Ensino.

2.2.2 Instrumentos

Para o estudo empírico utilizamos uma ficha biográfica (Anexo 1) a fim de investigar dados sobre idade, profissão, atividades laborais exercidas anterior e atualmente, cidade e país de origem, idade dos filhos, tempo de casamento e de residência no Brasil. Após o preenchimento da ficha, realizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado, flexível e norteador para apreensão dos conteúdos abordados. Contudo, não houve impedimento no aprofundamento de questões que surgissem espontaneamente ao longo da entrevista. O roteiro consistia em perguntas abertas e referentes a eixos temáticos sobre a saída do país de origem (escolha do Brasil, repercussões nas famílias de origem, formação do casal conjugal), contato com a nova cultura (gestação e parto fora do país), experiência da parentalidade (momento do ciclo de vida de cada família), redes sociais e familiares e perspectivas futuras (Anexo 2).

2.2.3 Procedimentos

As entrevistas, gravadas em áudio, foram realizadas de forma individual com cada membro do casal em local e data de preferência do participante, sendo agendadas de acordo com a disponibilidade de cada um deles. No contato telefônico inicial foi explicado o tema da pesquisa e o objetivo geral da investigação. O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. No dia da entrevista, as informações iniciais foram mais esclarecidas e reforçadas pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 3). Todos os sujeitos assinaram duas vias, concordando com a utilização dos dados coletados para fins de pesquisa e publicação científica.

2.2.4 Análise de dados

Os dados coletados foram transcritos na íntegra e submetidos ao método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Por se tratar de um estudo exploratório, este tipo de análise torna-se mais adequada, pois permite investigar

no material narrativo os conteúdos manifestos e latentes, assim como os significados atribuídos à vivência subjetiva dos participantes. Por meio desta técnica, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise.

O presente trabalho é parte de uma investigação mais ampla sobre o tema da parentalidade transcultural de casais em vivência de exílio, com o primeiro filho nascido no Brasil. Como mencionado, o objetivo deste estudo é compreender a constituição da conjugalidade. Para atingir os objetivos específicos analisamos as seguintes categorias emergidas das narrativas: motivações para a saída do país, impactos nas famílias de origem, formação da rede de apoio e os desafios na formação da díade conjugal.

Para tal, dividimos a análise em dois eixos. Primeiramente, foi feita uma análise vertical dos dados pertencentes às entrevistas realizadas com cada cônjuge, buscando pensar particularidades vividas por cada casal. Em seguida, realizamos uma análise e discussão horizontal dos dados, pensando semelhanças e diferenças entre os cônjuges dos quatro casais pesquisados.

2.3 **Resultados e análise vertical dos dados**

Casal 1: Ângela e Olavo

Motivações para a saída do país

Em relação à saída do país, a ideia inicial foi proposta por Ângela. Morando sozinha e estudando fora da cidade onde os pais residiam, reencontrou Olavo, seu namorado na fase da adolescência. A situação política do país apontava para um agravamento e Olavo tinha sido demitido. Os colegas de trabalho de Ângela indicaram a possibilidade de migração para o Brasil a fim de participar de um programa do governo, dentro de sua área.

Ela, então, propôs a Olavo que viessem juntos para tentarem uma vida a dois. Ambos concordaram com a ideia e decidiram migrar para o Brasil. Pelos trâmites jurídicos brasileiros era necessário possuir um registro – união estável –

como condição de saída do país. O casal prosseguiu na documentação solicitada, assinou o termo e, só depois, comunicou às famílias. Uma decisão tomada “às escondidas”:

Uns três meses antes de viajar, coincidimos, vendo se dava certo ou não. Saiu uma chance de vir pro Brasil através de um grupo que trabalhava comigo [...]. Aí fizemos rápido a união estável (Ângela).

A gente coincidiu numa cidade que era de nossa infância. A gente marcou, mas foi por acaso que a viagem para essa cidade coincidiu [...]. Ela me falou da proposta para vir para cá e ela me convidou. Casamos e pronto (Olavo).

Ângela e Olavo viram o casamento como via de acesso a um novo projeto de vida. Como forma de realizar essa transição, fizeram “às escondidas” das famílias. Entendemos que o uso das expressões *ela me convidou*, *a gente coincidiu e foi por acaso* revelou uma escolha sujeitada ao acaso ou ao desejo de outro. Um mecanismo que apontou para uma dificuldade de reconhecimento do próprio desejo.

Impactos nas famílias de origem

Como para Ângela e Olavo o casamento “às escondidas” e a saída do país foram escolhas que ocorreram concomitantemente, a vivência de separação das famílias fez com que diferentes reações emergissem em seus pais, associadas ao vínculo de dependência e ao reconhecimento da falta de controle em relação aos filhos:

Quando decidimos casar ninguém sabia. Antes a gente nem morava juntos, ninguém sabia. Casamos, eu tirei foto e botei no Instagram para todo mundo ficar sabendo, mas está dando certo. Meu pai ficou irritadíssimo, brigou com a gente, gritou. Ainda hoje não esqueceu e, quando lembra disso, fica irritado (Ângela).

Quando vim pra cá, a pessoa mais afetada foi minha mãe. Ela achava que era mentira que eu ia vir pra cá. Ela não acreditava, éramos cúmplices um do outro em tudo [...]. Até hoje (Olavo).

Por meio desses fragmentos narrativos, percebemos como o grau de diferenciação existente na relação entre as famílias de origem e os filhos adultos interfere no processo de escolhas, independência e reconhecimento da conjugalidade (Bowen, 1991).

Ao falar sobre o sentimento de contrariedade de seu pai, demarcando sua diferenciação e singularidade diante da família, Ângela expressa sua posição “ninguém sabia, casamos e está dando certo”, demonstrando dar legitimidade à incipiente conjugalidade, ou seja, à internalização da dimensão conjugal. Entretanto, observamos que na fala de Olavo o “nós” da cumplicidade ainda estava vinculado à relação de dependência entre ele e sua mãe.

Dessa forma, observamos que a transição para a estruturação da conjugalidade foi feita na possibilidade de repetição dos modelos vinculares com suas famílias de origem:

Ele veio como dependente meu. Estava bebendo muito, fumando. No fundo, no fundo, sua mãe sabia que eu ia cuidar dele (Ângela).

Eu ficava sozinho, deprimido e fechado no apartamento porque só Ângela trabalhava. Uma pessoa ofereceu e eu logo quis adotar uma cachorra (Olavo).

Ângela descreve o marido como dependente, e ela, de certa forma, ocupa o papel do cônjuge que controla, papel reconhecido como de seu pai na família de origem, enquanto Olavo queixa-se de solidão bem como sua mãe vivenciara na separação entre eles. Assim, ambos se separam concretamente de seus pais, mas identificados a eles, conseguem mantê-los subjetivamente próximos. Na conjugalidade, os objetos inconscientes de cada um dos parceiros se entrelaçam, partilhando a criação de um mundo objetal, com aspectos fusionais regressivos (Magalhães, 2018).

Os legados transmitidos pelas famílias aparecem como um dos pontos de apoio para a construção da conjugalidade:

A minha mãe sempre falou: aprende quanta coisa você puder, porque nunca se sabe o que vai acontecer (Ângela).

Eu sempre trabalhei, mas sempre junto com minha família. A gente que precisava aprender a fazer qualquer coisa, artesanato, vendas. Hoje, eu me viro (Olavo).

Percebemos o quanto os membros do casal passaram a usar os ensinamentos familiares para superar a vulnerabilidade vivida pela situação de migração em concomitância ao início da díade conjugal. Esses elementos passam a ser constitutivos na criação da nova vida compartilhada. Para Féres-Carneiro

(1998), a dimensão da conjugalidade transcende as histórias individuais formando uma terceira instância, a singularidade da díade.

Formação da rede de apoio

Na formação e manutenção da conjugalidade, a rede de apoio formada foi um suporte importante. Ambos relataram ter encontrado tal apoio em alguns colegas de trabalho e em mídias sociais, um grupo de outros casais de seu país de origem, o que em muitos momentos trouxe-lhes acolhimento e bem-estar:

A gente não sabia que tinha tanta gente de nosso país. Era um grupo de que fazia comida. Botaram no Facebook e aí a gente foi e lá conheceu muita gente, começamos a conhecer pessoas (Ângela).

Encontramos aqui muita gente. Se a gente ou eles está doente, a gente liga, eles ligam pra gente, então a gente cria uma família (Olavo).

Na situação de refúgio, as redes de apoio ocupam um lugar importante como uma via de construção de laços de acolhimento e suporte emocional, reconstruindo o senso de pertencimento (Sluzki, 2008). Na contemporaneidade, a criação dessas redes favorece o acesso a novos dispositivos de mídias sociais, tal como mencionadas pelo casal, permitindo uma aproximação mais rápida e até visual, como acontece no aplicativo *Whatsapp*.

Desafios na formação da díade conjugal

Em relação aos desafios da conjugalidade, conforme o tempo de permanência no Brasil foi se estendendo, Ângela e Olavo perceberam que o retorno ao país de origem foi se tornando cada vez mais difícil. As preocupações com os familiares que lá estavam se intensificaram, despertando uma vivência de paralisação na criação de projetos futuros para a vida a dois:

Não posso me organizar sem saber o que vai acontecer lá. A gente não sabe em que momento a gente vai precisar comprar passagens pra trazer eles. Não podemos fazer planos. Quantos vão vir? (Ângela)

A gente fica com essa dívida na cabeça. É como uma pessoa que se divorcia, mas ainda está apaixonada pela outra pessoa. Vou morar em outro lugar, mas com vontade de voltar a qualquer momento. Se o país pisca um olho, a gente volta (Olavo).

A crença que tinham no projeto político-social do país foi abalada, desestabilizando os alicerces na dimensão social. A história de Ângela e Olavo ficou na memória. O tempo presente foi atravessado por incertezas, em diversos aspectos, subtraindo os investimentos em planos futuros. Aos poucos, e ainda hoje, cada cônjuge vive sua história, dividido pela angústia e culpa revelada na expressão “dívida”. Contudo, mesmo diante de um cenário repleto de desafios, parecem acreditar que a conjugalidade saiu fortalecida:

Depois de tantos problemas, Olavo e eu conseguimos nos comunicar melhor, deixando a gente mais próximos e mais juntos. Estamos até pensando em ter outro filho. Depois do meu filho, eu já tenho meu visto permanente aqui. É uma questão de tempo para saber o que vai acontecer lá e quando lá estabilizar, ou para ruim ou para bem (Ângela).

A condição de vulnerabilidade na vivência de exílio predispõe os cônjuges a um investimento maior na vida a dois frente a perdas tão significativas. À medida que cada um consegue suportar tais dores e ter no apoio mútuo um recurso potente para continuar, a conjugalidade parece constituir-se sob bases mais fortalecidas. Segundo Palermo, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado (2016), a composição da conjugalidade se dá na conjugação de tramas psíquicas dos membros do casal em uma dimensão fundada em vivências compartilhadas e com elementos psíquicos a serem ressignificados.

Casal 2: Márcia e Luciano

Motivações para a saída do país

Em relação às motivações para saída do país, os cônjuges relataram que durante o noivado, Luciano aceitou a proposta de trabalhar no Brasil, diante da grave situação de desemprego em seu país. Márcia, periodicamente vinha visitá-lo, mas logo retornava. Com o pai também desempregado, ela se sentia com a responsabilidade em ajudá-lo a manter os estudos dos irmãos. Em uma dessas viagens ao Brasil, Márcia engravidou e, em uma decisão muito difícil para ela, o casal escolheu pelo casamento e iniciar a nova vida no Brasil:

Ele dizia que nosso país não dava mais pra ficar e que eu deveria também sair [...]. Mas eu não podia vir e deixar minha família naquelas condições. Ele insistia

dizendo que ia ser por seis meses. Mas engravidei. Foi horrível ter que vir (Márcia).

Tive uma oportunidade no Brasil, fiquei um ano e ela engravidou. Casamos. Nada planejado, tudo aconteceu e estamos casados (Luciano).

Uma gravidez não planejada levou-os a passagens concomitantes no ciclo de suas vidas: saída de casa, do país, a conjugalidade e a parentalidade. Um desafio a negociações entre eles e suas famílias nesses pontos de transição. Foi distinto o modo como suas famílias vivenciaram a separação:

Graças a Deus contei com apoio emocional de minha família. Minha mãe falava que eu tinha que ter coragem e tocar mesmo. A família dele dizia que ele tinha que voltar porque a mãe a qualquer hora poderia morrer (Márcia).

Na época, falei pra minha família que viria por seis meses, a situação estava complicada, até hoje está complicada e só piorou. Acabou que fiquei de vez. Fui o primeiro que saiu de casa. Todos da minha família sentiram muito (Luciano).

Impactos nas famílias de origem

A separação das famílias e da cultura de origem foi marcada pelas rupturas simbólicas e bastante significativas, como o idioma e a comemoração de datas simbólicas e comemorativas, o que acentuou nesses cônjuges a vivência de desenraizamento:

Teve dias que eu começava a chorar sozinha no apartamento “Vou embora, quero voltar pra minha família, não quero estar aqui”. Sabe quando você escuta barulho? Eu não entendia nada que as pessoas falavam, para mim eram barulhos. Eu tapava os ouvidos e dizia que não iria conseguir ficar (Márcia).

Por exemplo, lá os dias 24 e 31 de dezembro são festas bem familiares. Aqui é diferente: as pessoas vão à praia, fazer algo que é outra coisa. A gente no Natal a festa é em família, aqui é bem diferente. Esse vínculo familiar é muito importante quando a gente está longe (Luciano).

El Hajji (2019) ressalta que ao chegar ao país de destino, o migrante precisa assimilar vários códigos, como o idioma e os costumes locais, os quais o sujeito não assimila com facilidade por representarem as fundações originais de cada cultura. Segundo o autor, o migrante pode até se aproximar, mas nunca domina esses códigos por completo.

Formação da rede de apoio

No processo de aculturação, cada um dos cônjuges apontou dificuldades para a construção da rede social e de apoio, o que lhes remetia cada vez mais às perdas de aspectos valiosos que deixaram em seu país.

Sempre achei que com amigas a gente podia falar o que sente. Lá era assim. Queria amigas como lá. Aqui não. Muito diferente. Não conseguia falar com ninguém sobre meus problemas (Márcia).

Os amigos de lá eram amigos de toda vida. Amigos de onde a gente morava, crescíamos juntos, podíamos conversar sobre nós. Aqui é mais social, não é vínculo estreito. Não consigo sentir como amigos, eles são só colegas (Luciano).

Segundo Sluzki (1979), um dos momentos do processo de imigração pelo qual as famílias passam é o de descompensação ou crise, no qual os referenciais que tinham no país de origem não são efetivos no país de destino. Algumas pessoas conseguem lamentar o que foi deixado para trás e integrar de forma construtiva a mistura de modelos, hábitos antigos e novos que constituem a nova realidade. Quando isso acontece, o lado positivo da experiência supera o lado mais doloroso. Para outras, o que foi deixado para trás no país de origem, pode se tornar cada vez mais idealizado, dificultando a adaptação, denegrindo ou dificultando o luto e a elaboração de perdas.

Desafios na formação da díade conjugal

Os desafios enfrentados na formação da conjugalidade centravam-se cada vez mais na vida familiar. Os obstáculos advindos das separações e dores do refúgio foram vividos por Márcia e Luciano como oportunidades de apoio mútuo. Isso parece ter fortalecido a organização de uma relação conjugal mais pautada na cumplicidade.

Aqui não tínhamos a opinião de ninguém. Então, hoje, a gente só se olha e já se entende (Márcia).

Foi e ainda é muito difícil. Difícil e bom. Isso nos ajudou a crescer como casal (Luciano).

Dessa maneira, percebemos que a vivência de exílio pode provocar dores, mas também transformações sustentadas na capacidade de resiliência e no

compartilhamento das experiências. Na medida em que há uma resignificação dos vínculos e dos papéis em todo sistema familiar, com vantagens, perdas e limitações, surge a possibilidade do fortalecimento dos laços, além da perspectiva de estabelecer novos arranjos familiares (Lima, 2012).

Casal 3: Andréa e Felipe

Motivações para a saída do país

Em relação às motivações para saída do país de origem, Andréa e Felipe contam que, ainda lá, após o casamento criaram um projeto para estarem fora por um tempo determinado. Planejavam estudar e tentar trabalhar, pois já se preocupavam com a situação de desemprego, apontando uma crise maior em seu país. Conseguiram efetivar o plano, mas sempre na espera de melhoria na situação política do país e de um provável retorno.

Entretanto, enquanto estavam fora, uma proposta de trabalho no Brasil foi feita a Felipe. Após o aceite da oportunidade, Andréa engravidou antes mesmo de fazerem a mudança. Chegaram apreensivos com as simultâneas transições: a parentalidade e um novo país de destino. No desenrolar desse tempo, a precarização do país natal só aumentou, impossibilitando o plano de retorno. Um novo destino e a gravidez colocaram cada um deles frente a novos desafios, agora mais direcionados à constituição da família nuclear por eles formada:

Com toda a situação, já estávamos fora, tivemos muito medo e não quisemos retornar. Viemos para o Brasil. É difícil ver como está a situação com quase toda minha família lá. Difícil pensar que pra a gente poder viver, tem que sair do nosso lugar (Andréa).

Depois dos estudos a gente pretendia voltar. A primeira coisa que vinha à minha cabeça era segurança e garantir um “entorno” seguro pra gente, pra mim, minha mulher e o bebê. Mas nossa cabeça ficava pensando quando lá iria melhorar. Hoje, a gente vê que não tem possibilidade tão cedo (Felipe).

Impactos nas famílias de origem

Quanto à separação das famílias de origem, o casal já havia feito a despedida após o casamento. Entretanto, um acontecimento marcou fortemente essa separação. No período em que ocorreu a mudança para o Brasil, o pai de Andréa adoeceu e morreu uma semana antes de seu filho nascer. Alegria e tristeza

coexistindo em um mesmo momento. Essa morte foi um fato imprevisível, que desencadeou em Andréa muito sofrimento. No momento da entrevista, ela expressou como ainda estava sendo difícil elaborar essa perda. Nesse percurso entre ruptura e continuidade, Felipe também reviveu em tons mais fortes, sua dor frente às perdas:

Isso foi terrível! Meu pai estava doente justo no período que viemos pra cá e morreu uma semana depois que meu filho nasceu. Isso foi o mais difícil! Ele ficou doente, mas parecia bem [...]. Eu não estava esperando que isso acontecesse. Muito difícil! (Andréa).

Agora, minha família está toda quebrada e separada. Cada um foi morar em um lugar. Muito difícil manter um relacionamento assim. Não é fácil! Mesmo tendo um trabalho e boas condições, tem coisas que não têm preço. Posso até ter dinheiro, ajuda, enviando comida e remédios, mas não posso ter tudo que eu tinha de volta. Uma realidade que não posso fazer nada (Felipe).

Para Boss (2006), a vida apresenta-se cheia de alegrias e dores, de ganhos e perdas, decorrentes de eventos circunstanciais ou normativos, impulsionando nossa realidade psíquica a sair mais rica com qualquer ganho e um pouco mais pobre com qualquer perda. Contudo, durante todo esse processo interminável de ser metabolizado, tenta-se manter a capacidade resiliente de adaptar, mudar, crescer e evoluir.

Formação da rede de apoio

Apesar de todas as adversidades, uma rede social e de apoio foi formada no percurso do caminho de adaptação ao novo espaço cultural e social. Os vínculos de amizade foram construídos devido às demandas da experiência da parentalidade. Para Andréa e Felipe, o novo e o vazio apresentaram-se como perspectivas de novas construções, em grande parte, pela necessidade de apoio sentida por Andréa. Felipe contou que sua rede social veio do trabalho, mas principalmente, das relações formadas pela esposa.

Aqui no Brasil, o pessoal está muito bom pra mim. Depois que comecei a sair com o bebê fiz amigas brasileiras. Comecei a conhecer pessoas e ter amigas que me ajudam muito aqui (Andréa).

Hoje eu falo de um círculo de amigos que foi gerado por minha mulher, ela quem fez esse círculo social. O centro são as mulheres. Outros homens também falam

que nós trabalhamos e fazemos parte desse círculo. Temos até os churrascos com pessoas que conhecemos aqui (Felipe).

Nas etapas iniciais de ajustamento, a elaboração de perdas demanda um processo de reorganização intrapsíquica e intersubjetiva, tendo em vista a dificuldade inicial de encontrar sentido na própria experiência migratória (McGoldrick & Hardy, 2008). Para esses cônjuges, as experiências concomitantes de conjugalidade em um novo país e o ineditismo da parentalidade viabilizaram maior investimento na rede social para fortalecer o enraizamento.

Desafios na formação da díade conjugal

No Brasil, para Andrea e Felipe, os desafios da conjugalidade marcados por dois momentos paradoxais no ciclo de vida: nascimento e morte. Momentos de vulnerabilidade que os levaram a viver a conjugalidade em uma perspectiva de completude temporária, com uma carga de ilusão necessária para transformar as rupturas em suturas.

Novo país, com um filho, mas fortaleceu muito o casal. Tem dificuldades também. Tem vezes que, por exemplo, meu marido trabalha muitas horas no dia. Antes, quando eu também trabalhava, ele chegava tarde, mas eu também. Mas agora, sou eu quem fica em casa o dia todo. Estou sozinha, ele tem que chegar mais cedo, compartilhar mais, estou sozinha; ele é a única pessoa que tenho da família (Andréa).

Para Winnicott (2005), em estado de fragilidade psíquica, as mães podem regredir a fases primárias e se identificar com seu filho temporariamente. Segundo o autor, é no caso de uma ruptura das forças protetoras que se verifica o quão vulnerável é a mãe. Palermo et al. (2016) sinalizam que as relações amorosas também atravessam fases similares à relação mãe-bebê, reatualizando um estágio de dependência absoluta e da experiência ilusória. Para as autoras, esse momento pode proporcionar um potencial saudável e criativo na vivência conjugal. A ilusão não se opõe à realidade, mas com ela estabelece uma ponte para uma adaptação ambiental.

Casal 4: Melina e André

Motivações para a saída do país

Melina e André são do mesmo país africano, mas chegaram em momentos diferentes ao Brasil. Melina chegou para estudar, tendo ganhado bolsa de estudos pelo acordo de cooperação educacional e cultural que o Brasil tem com alguns países da África. Além dessa fonte financeira, ela recebia ajuda de seu pai para suas despesas cotidianas. Entretanto, a casa da família foi tomada violentamente, por agentes do governo, deixando-os sem moradia e sem recursos para viver. Uma tristeza muito grande para Melina, que além da preocupação com seus pais, precisou deixar os estudos para trabalhar, perdendo o direito à bolsa e, conseqüentemente, o visto de estudante. Passou a estar na condição de “indocumentada”, trabalhando em diversos serviços que lhe ofereciam. Seu irmão, em outro bairro, viu-se na mesma condição.

André chegou três anos depois, tendo deixado sua mãe e alguns de seus irmãos. Outros, assim como André, já haviam saído para outros países. Um deles veio para o Brasil há mais tempo, tendo se casado com uma brasileira e tido com ela dois filhos. Melina e André frequentavam a mesma igreja e, passaram a namorar. Como um dos preceitos da tradição de suas origens, a condição de namoro é firmar o compromisso de noivado e, pouco tempo depois, o casamento.

Para ambos, as motivações para saída do país constituíam um destino possível para a continuidade da vida, pela violenta experiência de crescer em um dos territórios mais marcados por guerras, genocídios e violação de direitos:

A escolha de vir pro Brasil? Meu país nunca esteve tranquilo com a situação política, e, em 2015, quando saí, estava terrível. Agora melhorou um pouco, mas continua. A política lá é sempre de guerra. Quando cheguei, consegui rápido o estatuto de refugiado, mas minha esposa não conseguiu, depois de perder o visto de estudante. Muita gente demora. Pra leis do Brasil, muitas coisas não são suficientes pra receber o estatuto de refugiado (André).

O Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951 e a sancionar uma lei nacional que tratasse do tema, a Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997, que definiu os mecanismos de efetivação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determinou outras providências, como a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Contudo, o Estado brasileiro não acompanhou a evolução do quadro migratório, deixando de investir o necessário na atualização dos órgãos de regulação vinculados ao Ministério da Justiça e assim, criar condições mínimas de atendimento aos refugiados (Pompeu & Maia, 2017).

Impactos nas famílias de origem

Em relação às famílias de origem, devido à situação de violência, Melina e André encontraram apoio à saída do país. Para suas famílias, a separação permite que seus filhos criem uma nova possibilidade de vida. Longe deles, mas de certo modo, preservando a continuidade da história familiar:

Ganhei uma bolsa para estudar aqui, e meus pais me incentivaram e me enviavam dinheiro. Mas parei porque precisei trabalhar e me sustentar. Tomaram a casa de meus pais e eles não conseguiram me ajudar mais. Então, quando você me pergunta o que me fez sair do país naquele momento? Razão não, razão sempre tem (Melina).

Tem muita gente saindo, atravessando fronteiras e vão pela fronteira entrar... Não é fácil. As pessoas morrendo pelo caminho, mas tem gente que chega e quando consegue trabalhar, o salário mínimo daqui não dá pra gente porque a maioria tem família lá, tem que sustentar os que precisam (André).

Rosa (2016) destaca que a busca pelo sentido de viver ganha dimensão maior nos deslocamentos que tiveram a marca da brutalidade. A violência separa o passado do presente e para reconstruir uma história a descoberta de novos caminhos faz-se urgente. Renunciar e recomeçar ganham dimensões de premência.

Na experiência desses cônjuges, as marcas culturais e de etnia concorreram para oportunidades de trabalho ser mais restritas, diminuindo a possibilidades de enviar ajuda às famílias de origem. Marcas que servem de alibi para rejeitar ou confirmar seus lugares em condições inferiores:

Aqui no Brasil a gente encontra preconceito e racismo, entendeu? Dói muito, mas fazer o quê? A gente encontra lugares para trabalhar, mas as pessoas pensam que porque viemos da África, não valem nada [...]. Todo trabalho caía pra cima de mim. As pessoas pensavam que chegamos para roubar a vaga deles [...]. Hoje, trabalho por conta própria. Ganhar dinheiro é bom, mas é pouco para eu ajudar minha família (Melina).

Formação da rede de apoio

Como desdobramento dessas experiências, a formação da rede social e de apoio tornou-se mais difícil. A igreja passou a ser o local de agregação, mitigando o preconceito, as marcas das diferenças culturais e a saudade do país de origem:

Tem uma igreja africana que só 2% de brasileiros vão lá. Uns vão e desistem. A gente canta e dança na nossa língua. Ainda bem que a gente lá guarda nossa cultura e, na hora da pregação, tem tradutor que fala em português, mas que traduz para nossa língua, a Lingala (Melina).

Ferreira (2015) afirma que aquele que sai de sua terra faz o percurso de deslocamentos e desdobramentos, elaborando o luto pelas perdas de seus objetos, abrindo-se ao outro e estabelecendo alianças de convivência, o que implica a capacidade de circular no espaço subjetivo e de alteridade.

Desafios na formação da díade conjugal

Nos desafios da conjugalidade, Melina e André compartilham semelhanças em suas experiências de vida sob a égide do contexto cultural de origem. Para cada um, uma nova história foi iniciada a partir da cultura familiar que trouxeram. Porém, como vivê-las, em uma cultural ocidentalizada?

A maioria dos homens de minha terra não consegue casar com brasileiras por causa da cultura [...]. Aqui o homem cozinha, na minha terra isso é praticamente impossível. É a mulher que cozinha, que arruma a casa e faz tudo. O homem trabalha para sustentar a família e a mulher fica em casa para arrumar (Melina).

No meu país, a sociedade ainda é do homem cuidando da esposa [...]. Quando vai casar, o homem é quem vai pagar o dote quando ele foi procurar a família da esposa. Então, ele terá que cuidar das contas e pagar aluguel. Gerenciar a casa é a mulher. Tudo que brasileiro acha normal em relação a casamento, tudo que na sociedade brasileira é normal, eu acho estranho (André).

Correa (2013) assinala que na experiência de migração os sujeitos vivem entre o mundo conhecido, o do país de origem, e o novo, o do país de destino, vivenciado como estrangeiro/estranho a eles. Segundo a autora, para muitas famílias, esses elementos culturais podem trazer elementos afetivos, como o desamparo, que prolongam a ligação à cultura de origem, dificultando a criação de um espaço entre esses dois mundos.

2.4 Resultados e análise horizontal dos dados

Motivações para a saída do país

Em uma análise horizontal acerca da experiência da conjugalidade na vivência de exílio, percebemos que o que motivou todos os cônjuges à saída do

país de origem foi a busca por melhores condições de vida devido a violência por guerras ou violação de direitos básicos. Uma situação a qual eles mesclaram perdas, frustração e sofrimento, deixando marcas em dimensões subjetivas, familiares e culturais. Para os quatro casais entrevistados, não poderem retornar pareceu ser mais sofrido do que saírem do país de origem. O desenraizamento ligado à separação da família de origem ganhou tonalidades afetivas mais acentuadas, não somente pelas incertezas, mas pelo medo e vazio a serem enfrentados.

Impactos nas famílias de origem

Em relação à separação das famílias de origem, percebemos os graus de diferenciação nas relações entre os pais e os filhos frente à decisão tomada. No relato de um dos cônjuges dos casais 1 e 2 essa relação mostrou-se ainda em estágio de pouca diferenciação. Na reação das famílias, o controle e a dependência apareceram como os fatores emocionais de maior predominância.

Bowen (1991) afirma que a diferenciação ocupa lugar central nas relações familiares, propiciando maior flexibilidade relacional, favorecendo melhores condições adaptativas a seus membros. Para o autor, o curso da história da família tem uma posição relativamente determinista no grau de diferenciação entre pais e filhos, favorecendo a aquisição de autonomia e a capacidade de escolhas.

Para os cônjuges do casal 3, a separação das famílias deu-se após o casamento e ainda no país de origem, o que, de alguma maneira, propiciou um ritual de passagem para a saída. Carter e McGoldrick (1995) assinalam que os rituais de transição no ciclo de vida familiar facilitam as gerações a alterarem fronteiras, criando novas opções de relacionamento.

Os cônjuges do casal 4 vivenciaram a separação das famílias de origem trazendo traços de etnicidade, que marcam formas diferenciadas entre as culturas ocidentais e orientais de viverem as etapas do ciclo de vida. Para Hines (2008), nas culturas orientais o indivíduo é um ser social, referenciado à coletividade e não à individualidade, como nas culturas ocidentais. O “nós” prevalece sobre o “eu”. Um filho não é da família, é de sua comunidade e do mundo.

Ainda em relação às famílias de origem, percebemos que em todos os cônjuges dos quatro casais a situação de vulnerabilidade extrema do país de origem, como a falta de condições básicas de vida, remédios e comida, fez com

que eles vivessem o encargo de suprir necessidades de seus pais, provocando uma situação de inversão geracional pelo papel de suporte.

Percebemos que esse interjogo circunstancial entre pais e filhos desencadeou um processo de parentalização e, mesmo diante da instabilidade da transição de suas vidas, os membros do casal sentiram-se responsáveis por assumir os cuidados com seus familiares, ante a conduta de fragilidade de seus progenitores (Mello & Magalhães, 2015). Entretanto, não foi observado um impacto conflitivo da parentalização na conjugalidade, devido aos dois cônjuges estarem compartilhando a vivência de exílio e as dores referentes a tal condição. Parece que pelo contrário, a dedicação às suas famílias de origem os tornava mais cúmplices como casal e família nuclear.

Formação da rede de apoio

Em relação à rede de apoio, percebemos que para um dos cônjuges do casal 1 e do casal 3 a abertura à formação de um grupo social pode se constituir com um forte apoio, fortalecendo-os na reinvenção de suas histórias. Novas amizades foram tecidas pelas demandas vividas na experiência da maternidade.

A permanência do Brasil como país de destino revelou diferenças nesses casais. Enquanto um dos cônjuges do casal 3 relatou ter recebido acolhimento dos brasileiros, outros, do casal 2 e do casal 4 revelaram preconceito e segregação, o que os fez permanecer em experiências comparativas e limítrofes de perdas de referências.

Dunker (2017) destaca que a segregação social aparece quando há um “outro” em território que não é o do sujeito. Posto que o imigrante nunca esteve ali, sua presença desequilibra o ambiente e retira a suposta harmonia anterior a sua chegada. Esse estrangeiro/intrusivo é percebido como perigoso e incita atitudes frequentes de preconceito e segregação, mecanismos de defesa para tal sensação de ameaça.

Desafios na formação da díade conjugal

Nesse contexto, as perspectivas para projetos futuros apareceram alinhadas aos desafios da conjugalidade. Em cada cônjuge entrevistado percebemos um esforço contínuo na reconstrução dos laços rompidos com os antigos referenciais. Além disso, observamos que foi necessário um grau de resiliência e força psíquica

para que construíssem a díade conjugal. Às perdas e rupturas da cultura e família de origem vividas na condição de exílio, os cônjuges dos quatro casais revelaram ganhos no fortalecimento dos vínculos conjugais.

Gostaríamos de ratificar a importância dos aspectos culturais que abordamos em nosso estudo. A cultura ocupa um lugar fundamental no ciclo de vida individual e na história geracional, engendrada em diversas formas de organizações sociais e mantida como alicerce psíquico, mesmo quando os sujeitos encontram-se afastados de sua origem, como nas situações de exílio. Nesse sentido, todos os entrevistados evidenciaram que, por mais destruída que possa ter sido a cultura de origem pelas diferentes formas de violência, ela ainda é referenciada como um valor importante de proteção e constituição psíquica.

2.5

Considerações finais

Ao estudarmos a construção da conjugalidade de casais em vivência de exílio pretendíamos compreender a travessia da saída do país, quando deixaram suas famílias, histórias, sua língua e tudo aquilo que lhes constituiu até a chegada ao Brasil, como território de destino, onde plantaram as raízes da conjugalidade e da parentalidade. Se de um lado a impossibilidade de retorno trouxe rupturas de ordem psíquica, a experiência compartilhada pela conjugalidade trouxe a sutura necessária para que cada cônjuge encontrasse seu modo próprio de elaborar os desenraizamentos e a realização do processo de reconstrução pessoal.

Aquele que deixa seu país não sofre sozinho, pois carrega consigo uma dor coletiva. Não é o sujeito ou sua família que é atingido pelas diversas formas de violência, mas toda uma comunidade, um grupo étnico e um país. Nesse sentido, as classificações de imigrantes, refugiados ou exilados voluntários ou forçados cedem lugar ao ponto que consideramos o mais importante e que apareceu nos relatos de todos os entrevistados: aqueles que atravessam fronteiras de seus países afirmam, acima de tudo, o valor e o sentido que a vida tem para cada um. São sobreviventes que se tornam “porta re-existência” ao massacre da dignidade.

Buscamos, a partir dessa pesquisa, contribuir para que os sujeitos na vivência de exílio ganhem rostos, muitas vezes escondidos sob os números estatísticos. Destacamos que, submersos na multidão, cada um em sua

singularidade de existência organiza seu destino e encontra estratégias para viver. Nessa perspectiva, acreditamos que o presente estudo possa ampliar outras reflexões e estudos sobre as dificuldades, preocupações, projetos e sonhos de casais que, ao escolherem um novo território como espaço para “sobre-viverem”, marcam um lugar de potência, resistência e criação.

3

Parentalidade transcultural: do nascimento do primeiro filho à criação de novas raízes

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender a construção da parentalidade de casais que em vivência de exílio tiveram o primeiro filho nascido no Brasil. A experiência migratória acarreta um conjunto de preocupações e consequências, quer em um nível adaptativo, quer em nível de elaboração psíquica. Na proliferação desse constante trânsito mundial, encontramos sujeitos e famílias em movimentos de sair e de voltar, ou de sair e não mais voltar, de seus países de origem, o que pode implicar em perdas e adversidades frente a diferentes variedades culturais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, da qual participaram quatro casais, sendo três provenientes do mesmo país sul-americano e um de país africano. Cada membro do casal parental foi entrevistado individualmente, configurando um total de oito pessoas (n=8). Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), em delineamento vertical de cada casal e, em seguida, uma discussão horizontal dos dados dos quatro casais. Foram enfocados aspectos relevantes como a adaptação cultural na gestação, parto e o idioma como fator de inclusão; o papel da rede social e familiar no período da parentalidade; por fim, a relação parento-filial em momentos diferenciados do ciclo de vida e na transmissão geracional. Percebemos que as referências culturais são fatores que dão suporte à construção da identidade, ao sentimento de pertencimento e à expressão da forma de exercer a parentalidade. Os traços culturais dos pais foram significativos nas formas de cuidar dos filhos, trazendo à tona os componentes herdados das gerações anteriores, entrelaçados com a cultura do Brasil, que deixa de ser concebido como somente um país de destino, para representar o território da origem e raízes de seus filhos.

Palavras-chave

Parentalidade; ciclo de vida e experiências transculturais.

Abstract

The specific objective of this work is to understand the exercise of parenthood in couples who, in a situation of exile had their first child born in Brazil. The migratory experience brings a set of concerns and consequences, both at an adaptive level and at the level of psychic elaboration. In the proliferation of this constant world transit, we find subjects and families in movements to leave and return, or to leave and no longer return, from their countries of origin, which can lead to losses and adversities in the face of different cultural varieties. This is a qualitative research, in which four couples participated: three coming from the same South American country, and one from an African country. Each spouse was interviewed individually, making up a total of eight people (n=8). The data were analyzed the content analysis proposed by Bardin (2011), in vertical delineation of each couple and then, a horizontal discussion of the data of the four couples. We focused on relevant aspects such as cultural adaptation in pregnancy, childbirth and language as a factor of inclusion; the role of the social and family network in the period of parenting; finally, the parent-child relationship at different times in the life cycle and generational transmission. We realize that cultural references are factors that support the construction of identity, the feeling of belonging and the expression of the way of exercising parenting. The cultural traits of parents were important in the ways of caring for their children, bringing to light the components inherited from previous generations, intertwined with the culture of Brazil, which ceases to be conceived as just a country of destination, to represent the territory of origin and roots of their children.

Keywords

Parenthood; life cycle; cross-cultural experiences.

3.1 Introdução

A experiência migratória pode intensificar a tendência para o conflito identitário, visto que a mudança para um ambiente cultural diferente e desconhecido gera frequentemente um choque cultural. A adaptação ao novo meio passa pela resolução de ameaça do desconhecido, com a elaboração psíquica da perda dos objetos amados, hábitos culturais e da língua materna. Desafio de recriar a ligação com o lugar de origem, em que o sujeito busca recursos psíquicos de proteção à sua identidade frente à angústia gerada por tais perdas e rupturas.

Entretanto, o que muitas vezes pode ocorrer é a impossibilidade de conciliar as heranças culturais com os referenciais do país de destino. Dessa maneira, o sujeito vive uma situação de vulnerabilidade emocional, podendo até levá-lo a desorganizações de ordem subjetiva por não se considerar pertencente a nenhum lugar, o que evidencia sua condição de estrangeiro. Na vivência entre a continuidade de si mesmo e a instabilidade psíquica ele pode permanecer, por tempo indeterminado, entre sentimentos de duplo ou de não pertencimento.

Sayad (1998) relata que os processos migratórios trazem duas faces para uma mesma moeda: a face da emigração, com a saída de um país natal, e que evoca a outra face, a imigração com a entrada em outro país. Há, portanto, no mesmo sujeito o ser emigrante que saiu de sua pátria e há aquele que chegou a uma terra de estranhos. O paradoxal é que ambos constituem a mesma pessoa; nem cidadão e nem estrangeiro.

Na esteira do pensamento sobre cultura e subjetividade, Freud em sua obra *O mal-estar da civilização* ([1929] 1997) destaca os processos psíquicos articulados à civilização. Para ele, a cultura humana é designada pela interioridade de uma situação singular, enquanto manifestações dos impulsos e exterioridade de códigos universais, resultante de ações do sujeito com o outro. Em sua teoria, Freud intensifica a relação da psicanálise com os fenômenos sociais e culturais, apontando o mecanismo de *sublimação* como uma das vias impostas ao sujeito pela civilização para o controle de seus impulsos.

Mais tarde, Winnicott (1975) assinala a família como o primeiro grupo básico de relações e intermediação cultural. Nesse convívio, significações do universo familiar são apresentadas e progressivamente simbolizadas pelo bebê,

em uma relação entre seu mundo interno e o mundo de fora. Para ele, uma mediação e articulação entre o código psíquico pessoal das identificações, relações objetais e fantasias, e o código social de crenças, valores e rituais. Nessa área intermediária, denominada por Winnicott como *espaço potencial*, encontram-se os objetos transicionais, definidos, ao mesmo tempo, pela subjetividade e pela objetividade.

Nesse sentido, trazemos os movimentos de união/separação e aproximação/distância próprios do espaço potencial para a vivência de exílio, em que o vazio das perdas pode ser preenchido pelo gesto criativo de um recomeço, em um processo de “re-existência”. No contexto da esfera familiar, podemos pensar que a experiência da parentalidade também acontece em um transitar entre rupturas e continuidades, sendo definida dentro de cada grupo social. Esse processo de transição mobiliza elementos que vão além dos aspectos biológicos, tais como os históricos, sociais e culturais. Assim, a parentalidade é modulada por aspectos subjetivos, pelas regras do grupo cultural e aquelas organizadas dentro de cada família.

Os percursos migratórios marcam rupturas com as raízes das histórias familiares e, com isso, tornam-se território fértil para conflitos e sofrimentos na vivência dos pais pelos elementos culturais e subjetivos que irão transmitir a seus filhos. Deixar a cultura do país acentua a fragilização dessas bases estruturantes, representadas pelos antepassados. A perda das referências culturais e ruptura de laços significativos comprometem a identidade daqueles que migram.

Segundo Domingues, Honda & Reis (2019), foi Devereux, como fundador da etnopsicanálise, quem construiu alicerces teóricos, a partir da antropologia e da psicanálise, um resultado do reconhecimento inseparável de esquemas individuais e culturais. Suas proposições fomentaram na França o desenvolvimento de uma prática clínica que considera as diferenças culturais de populações de imigrantes oriundas de diferentes países. Os autores destacam o complementarismo como a metodologia desenvolvida por Devereux. Uma articulação entre a antropologia e a psicanálise, e não a fusão entre as duas disciplinas, pois cada uma possui uma abordagem própria e ambas são necessárias para a compreensão dos fenômenos ligados a diferenças culturais.

Moro (2008) destaca que a etnopsicanálise reconhece três tipos de terapia: a *intracultural*, em que o paciente e terapeutas pertencem à mesma cultura e o

terapeuta leva em consideração os aspectos socioculturais; a *intercultural* em que o paciente e o terapeuta não pertencem à mesma cultura, mas o terapeuta conhece e utiliza a cultura do paciente como recurso e a *metacultural*, em que o terapeuta não conhece a cultura do paciente, mas utiliza essa cultura para condução do trabalho. Para Moro, em países anglo-saxões essa modalidade é também chamada de *transcultural psychiatry* (psiquiatria transcultural ou metacultural).

Sobre modalidades de interação cultural, Nicolescu (2010) destaca outras concepções sobre as ideias de *multicultural*, *intercultural* e *transcultural*. Segundo o autor, a primeira permite a interpretação e, às vezes, superposição de uma cultura por outra. A segunda, a intercultural, possibilita uma fecundação de uma por outra. Nessa perspectiva, uma sociedade aprende a reconhecer e a interpretar contextos culturais diferentes dos seus e a se ajustar a eles. Na terceira concepção – a transcultural –, a visão é similar a intercultural com relação a crenças, atitudes e valores de diferentes culturas.

Nessa concepção cria-se outra cultura que ultrapassa (*trans*) e enriquece as demais. Um nível diferente de coexistência de realidades, sem que uma prevaleça sobre a outra. Nesse estudo, afirmamos nossa posição frente a essa perspectiva transcultural por abrir um espaço de criação, em que tais diferenças podem ser vivenciadas de forma potente e criativa.

Assim, no esteio da importância cultural na parentalidade, suscitamos reflexões acerca dos casais em exílio. Que processos psíquicos são necessários para a experiência de tornar-se pai e mãe, estando entre o mundo conhecido da cultura de origem e o desconhecido da nova cultura? De que maneira um espaço entre o passado (de sua cultura familiar) e o presente (da cultura do país de destino) pode ser uma forma de criação para a relação entre pais e filhos?

Ao exercer a parentalidade, a maneira de cuidar dos filhos é atualizada pelos elementos herdados da geração anterior e transmitida à geração seguinte. Essa transmissão psíquica pode ser feita sob a forma da inter e da transgeracionalidade. A primeira ocorre entre gerações, envolvendo uma distância entre aquele que transmite e o que recebe, ficando preservados os limites da subjetividade de ambos. Implica em relatos e rituais que constituem a história familiar. A segunda forma, a transgeracional, atravessa os sujeitos, não preservando bordas das subjetividades. Geralmente ocorre entre gerações que nunca se cruzaram no espaço da vida, comumente associada a acontecimentos

traumáticos não elaborados como mortes, segredos e migrações (Trachtenberg, 2017).

Moro (2017), em pesquisas e atendimentos clínicos a famílias de imigrantes, ressalta que não existe uma melhor maneira de ser pai ou mãe, sendo necessário que os pais se sintam apoiados para que floresçam suas capacidades parentais. Para a autora, é preciso compreender as situações de imigração que possam produzir nos pais rupturas significativas na relação com seus filhos. Dessa maneira, buscamos discutir e aprofundar os dados e resultados frutos de uma investigação sobre a parentalidade transcultural de casais em vivência de exílio, que tiveram o primeiro filho no Brasil. Diante dessas considerações, o presente estudo tem como objetivo compreender a construção da parentalidade de casais que em vivência de exílio tiveram o primeiro filho nascido no Brasil. Analisamos especificamente, a experiência da parentalidade de casais que vivem a transicionalidade do espaço simbólico de criação entre a tradição e o novo, entre a certeza e a obscuridade.

3.2 Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, com delineamento de investigação empírica.

3.2.1 Participantes

Participaram desta pesquisa quatro casais monoculturais, configurando um total de oito sujeitos entrevistados (n=8). Três casais são do mesmo país sul-americano e um, de país africano, com idades atuais que variaram entre 27 a 45 anos, tendo saído dos países de origem com idades entre 24 e 30 anos; tempo de casamento entre 4 e 15 anos; filhos em idade entre 18 meses e 15 anos; tempo de permanência no Brasil entre 2 a 15 anos.

Os membros dos casais sul-americanos saíram em momentos diferentes, mas já com uma grave situação no país, que se refletia, entre outros setores, em elevados níveis de desemprego. Saíram para tentar oportunidades melhores, mas esperavam poder retornar a qualquer momento. Entretanto, no decorrer do tempo,

o que ocorreu foi um processo de acentuada precarização, o que os levou a decisão de não retornar.

Os membros do casal africano relataram a saída pelos conflitos sangrentos, fugindo de guerras e massacres que ocorrem há anos em seu país, produzindo deslocamentos de mais de um milhão de pessoas para os países vizinhos (Flaxaus & Schoumaker, 2016). No Brasil, essa população constitui o segundo maior grupo a ter a solicitação de refúgio acolhida pelo governo brasileiro.

Na tabela 1 descrevemos o perfil dos membros dos casais entrevistados. O anonimato dos participantes foi garantido pela criação de nomes fictícios, bem como pela alteração, adaptação ou omissão de alguns dados. Desse modo, sem prejudicar o estudo, preservamos o sigilo da identidade dos participantes. Para identificar e diferenciar os casais, utilizamos números – *Casal 1: Ângela e Olavo; Casal 2: Márcia e Luciano; Casal 3: Andréa e Felipe; Casal 4: Melina e André.*

Tabela 1
Caracterização dos participantes

	Nome	Nacionalidade	Idade atual	Idade de saída do país de origem	Tempo de casamento	Idade dos filhos	Tempo de permanência no Brasil	Escolaridade e situação de trabalho
<i>Casal 1</i>	Ângela	Sul-americana	28 anos	24 anos	4 anos	Filho de 2 anos	4 anos	Formada na área da Saúde. Trabalha na profissão.
	Olavo	Sul-americano	32 anos	28 anos	4 anos	Filho de 2 anos	5 anos	Formado na área de Ciências Humanas. Sem trabalho.
<i>Casal 2</i>	Márcia	Sul-americana	40 anos	25 anos	15 anos	Dois filhos - 11 e 15 anos	15 anos	Formada na área de Ciências Exatas. Sem trabalho.
	Luciano	Sul-americano	45 anos	30 anos	15 anos	Dois filhos - 11 e 15 anos	15 anos	Formado na área de Ciências Exatas. Trabalha como autônomo.
<i>Casal 3</i>	Andrea	Sul-americana	32 anos	26 anos	6 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	2 anos	Formada na área de Ciências Humanas. Sem trabalho.
	Felipe	Sul-americano	34 anos	28 anos	6 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	2 anos	Formado na área de Ciências Humanas. Trabalha em empresa.
<i>Casal 4</i>	Melina	Africana	27 anos	20 anos	4 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	7 anos	Nível Superior Incompleto. Trabalha com estética.
	André	Africano	30 anos	26 anos	4 anos	Filho de 1 ano e 6 meses	4 anos	Formado na área de Ciências Exatas. Trabalha com Ensino.

3.2.2 Instrumentos

Para o estudo empírico utilizamos uma ficha biográfica (Anexo 1) a fim de investigar dados sobre idade, profissão, atividades laborais exercidas anterior e atualmente, cidade e país de origem, idade dos filhos, tempo de casamento e de residência no Brasil. Após o preenchimento da ficha, realizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado, flexível e norteador para apreensão dos conteúdos abordados. Contudo, não houve impedimento no aprofundamento de questões que surgissem espontaneamente ao longo da entrevista. Consistia em perguntas abertas e referentes a eixos temáticos sobre a saída do país de origem (escolha do Brasil, repercussões nas famílias de origem, formação do casal conjugal), contato com a nova cultura (gestação e parto fora do país), experiência da parentalidade (momento do ciclo de vida de cada família), as redes sociais e familiares e perspectivas futuras (Anexo 2).

3.2.3 Procedimentos

As entrevistas, gravadas em áudio, foram realizadas de forma individual com cada membro do casal em local e data de preferência do participante, sendo agendadas de acordo com a disponibilidade de cada um deles. No contato telefônico inicial foi explicado o tema da pesquisa e o objetivo geral da investigação. O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. No dia da entrevista, as informações iniciais foram mais esclarecidas e reforçadas pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 3). Todos os sujeitos assinaram duas vias, concordando com a utilização dos dados coletados para fins de pesquisa e publicação científica.

3.2.4 Análise de dados

Os dados coletados foram transcritos na íntegra e submetidos ao método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Por se tratar de um estudo exploratório, este tipo de análise torna-se mais adequada, pois permite investigar

no material narrativo, os conteúdos manifestos e latentes, assim como os significados atribuídos à vivência subjetiva dos participantes. Por meio desta técnica foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se uma ‘leitura flutuante’, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise. Como categorias emergidas das narrativas destacamos vivências da gestação e parto fora da cultura de origem, relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital, formação de redes sociais e de apoio e, por fim, perspectivas futuras para a família.

Para a desenvolvermos a apresentação e discussão dos dados, dividimos a análise em dois eixos. Primeiramente, foi feita uma análise vertical dos dados pertencentes às entrevistas realizadas com cada membro do casal parental, buscando pensar particularidades vividas por cada um dos sujeitos entrevistados. Em seguida, realizamos uma análise e discussão horizontal dos dados, pensando semelhanças e diferenças entre os membros dos quatro casais pesquisados.

3.3

Resultados e análise vertical dos dados

Casal 1: Ângela e Olavo

Vivências da gestação e parto fora da cultura de origem

Para Ângela e Olavo, a parentalidade seguiu a mesma direção da conjugalidade: tornar-se uma via de acesso. Na conjugalidade, para sair do país de origem, e na parentalidade, para permanecerem no Brasil.

Meu contrato era de três anos, mas a gente sabia da chance de revalidar meu diploma e ficar no Brasil [...]. Aí nesse tempo, uns amigos que passaram, mas não tinham visto permanente. A gente decidiu que poderíamos ter filho para ter o visto permanente e começamos tentar. Quando nosso filho nasceu a gente pegou o visto permanente e fez a prova (Ângela).

Em relação à gravidez e parto, Ângela relatou sobre os medos e a falta de sua mãe junto a ela. Esse período foi vivido em concomitância com as mudanças

políticas em seu país, o que a fazia perceber a distância cada vez maior entre a nova família formada no Brasil e a sua origem:

Eu tinha muito medo. Falava pra meu marido e ele dizia que tudo ia ficar bem. Voltei a fazer crochê. Aprendi o crochê em criança para fazer coisas pequenas, mas na gravidez não, fazia mantas enormes que conseguia canalizar tudo. Com minha mãe, eu falava quase todos os dias. Eu chorava muito, porque naquela época teve muitos protestos no meu país. Lembro dos políticos que a gente cresceu vendo, sendo todos presos (Ângela).

Uma variedade de afetos atravessa aquele que deixa seu país, desde a necessidade urgente de aprendizagem ao novo local até a culpa por ter deixado pessoas em perigo, dificultando a interação com a cultura do novo país. Ângela saiu do país sem a aprovação de seus pais, motivo pelo qual, talvez, fantasiasse perder seu bebê:

Minha mãe perdeu um bebê com eclampsia. Eu tinha muito medo que isso acontecesse comigo. Esse bebê foi uma gestação entre a do meu irmão e a minha. Eu respirava fundo e drenava, drenava até conseguir acalmar. Amassava muito massa de pão. Fiz tantos pães naquela época! (Ângela)

Bydlowski (2002) denominou como *transparência psíquica* o funcionamento psíquico no período perinatal, caracterizado pela diminuição das resistências habituais da mulher diante de conteúdos recalçados, fazendo com que conflitos infantis e desejos possam ser expressos de forma mais explícita. Moro (2017) dialoga com esse conceito, assinalando que o refúgio potencializa essa transparência em ambos os pais, de forma diferenciada nas dimensões psíquicas e culturais.

Em relação ao acompanhamento clínico gestacional, Ângela expôs que se sentiu amparada na clínica, onde fez o pré-natal e comparou os exames de seu país com os do Brasil. Para ela, essas experiências vividas foram de atenção e cuidado:

No meu país, o pré-natal é com muita ultrassonografia. Aqui se foca muito nos antecedentes. No Brasil são mais cuidadosos e lá, mais padronizados [...]. No parto, fui muito bem assistida na maternidade também, nunca me deixaram sozinha, não deixaram eu sentir dor, me ajudaram muito (Ângela).

Para Ângela, a diferença cultural no país de destino parece ter sido favorável nos momentos iniciais da maternidade, a gestação e o parto,

proporcionado pela assistência e o olhar da equipe médica. Assim, as rupturas vivenciadas ficaram mitigadas e a relação mãe-bebê pode ser construída com mais confiança. Ângela não apontou o idioma como obstáculo na comunicação no acompanhamento da equipe médica.

Relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital

Na relação com o bebê, as dificuldades surgiram nos primeiros dias pela organização cotidiana do casal. A mãe de Ângela tinha previsão para estar com ela por três semanas, mas o parto ocorreu algumas semanas antes do prazo previsto. Nesse sentido, percebemos o quanto o uso de novas tecnologias nos movimentos migratórios pode favorecer a aproximação daqueles que estão distantes (Melella, 2016).

A parte mais difícil foi depois que meu filho nasceu. Meu marido tinha conseguido um trabalho. Tive que ficar sozinha [...]. Minha mãe chegou depois de três semanas e ficou sessenta dias, período que o visto permitia [...]. Uma colega do trabalho me ensinou como amamentar e foi bom porque eu amamentei meu filho até 1 ano [...]. Eu falava o dia inteiro pelo Whatsapp com minha mãe depois que foi embora e com toda a minha família (Ângela).

A situação do país se agravava, apartando cada vez mais as possibilidades de reencontrar tudo o que Ângela e Olavo haviam deixado. Simultaneamente, o exercício da parentalidade criava demandas de continuidade pela transmissão ao filho dos valores e da cultura familiar. Uma presença na ausência:

Educação familiar é indistinta em qualquer país porque a que a gente recebeu dentro do núcleo familiar é a mesma que você vai passar com alguns adornos, mas a mesma essência. Vai ser a mesma transmissão pra gente poder dar essa satisfação para os pais da gente; de eles verem o que estamos fazendo com o que eles nos ensinaram (Olavo).

Olavo expressou a força das transmissões no exercício da parentalidade e o quanto há um desejo inerente de transmissão entre as gerações. Para Kaës (2001), o grupo precede o sujeito, ou seja, em nossa rede circula e se transmite matéria psíquica, formações singulares e conjuntos de onde somos parte integrante e partes constituídas. Segundo o autor, o que está em jogo na transmissão é a formação inconsciente produzida na intersubjetividade do grupo familiar. Identificamos isso no trecho destacado, quando Olavo menciona que há algo

pertencente ao “ser família” que transcende culturas. Relacionamos essa fala à internalização do objeto interno “grupo familiar” na condição de ser sujeito, viabilizando um espaço interno para os vínculos.

Formação de redes sociais e de apoio

Nesse contexto, Ângela e Olavo abriram-se para a formação de novas amizades pode funcionar como uma importante rede de apoio social, criando um entrelaçamento de elementos emocionais e culturais:

A gente tem amigos brasileiros, vizinhos da outra casa. Ajudaram muito no início a cuidar do nosso filho [...]. Eles vêm fazer churrasco e a gente vai para casa deles. [...]. A gente tem os amigos do nosso país e também se vê nos finais de semana (Ângela).

Contudo, percebemos em Ângela e Olavo que ao mesmo tempo em que o nascimento do filho despertou a conscientização da decisão de migração, também despertou uma sensação de urgência em manter a capacidade de deslocamento sempre ativa. Ademais, a dupla nacionalidade do filho apareceu como relevante na história que ambos criaram quando decidiram sair do país:

Ele não tem muito de brasileiro, mas estamos ensinando o inglês, porque temos que ficar preparados para a qualquer momento ter que sair novamente. O inglês abre tanta porta... mais fácil arrumar emprego em qualquer parte do mundo (Ângela).

O país dele agora é nosso também. Acho que ele é de lá e daqui, quer dizer, daqui e de lá. O ideal é que ele cresça na sua terra, no Brasil, ou que fosse pro nosso que também é dele, que crie raízes e um sentimento de propriedade com seu país e consiga ter sua família e seus amigos. Mas, pelo visto, pro nosso não é mais opção (Olavo).

Entendemos que o esforço dos pais na formação identitária do filho às vezes esbarra em apegos e lealdade na história de origem dos pais, o que pode ser pelo menos em parte, uma indução inconsciente ou intencional. Segundo Boszormenyi-Nagy (2013), os compromissos de lealdade entre filhos e pais fazem parte do sistema familiar herdado e que será desenvolvido na nova família nuclear.

Outro fator importante observado como presença da cultura de origem é o idioma usado pela família para se comunicar, o que traduz uma parte do entrelaçamento transcultural:

Em casa falamos em espanhol, mas tem um casal russo no prédio e quando ele brinca com a filha deles já fala em russo, e seus amiguinhos brasileiros, ele fala em português (Ângela).

Ele tem amigos brasileiros no prédio. É uma coisa impressionante. Lá em casa ele me chama de ‘Pappi ou Papá’ e aqui embaixo é ‘papai’. Quando cumprimenta em casa é ‘hola’ e quando está aqui embaixo é ‘oi’ (Olavo).

Segundo Revuz (1998), a língua é um instrumento que a criança aprende progressivamente a manipular: primeiras vocalizações, primeiros fonemas nas primeiras palavras, que logo se combinarão para formar poucas frases. A criança aprende a se servir da língua como aprende a se servir de suas mãos e de seus brinquedos. Dessa forma, o filho de Ângela e Olavo já expressa de forma lúdica o seu duplo pertencimento.

Perspectivas futuras para a família

Em relação às perspectivas de futuro, os membros do casal parental sentem-se responsáveis pela família de origem, o que os faz traçar planos para a família nuclear, atrelados às condições de necessidade de ajuda à família extensa. A grave situação de falta de recursos essenciais mobiliza-os à tentativa de trazer o maior número de familiares. Eles contam que procuram ajudar àqueles que podem encontrar algum trabalho no Brasil, para que esses também tragam outros:

Não tem como pensar [...]. Não sei em que momento lá vai ter um problema enorme [...]. Para ver outro apartamento, de quantos quartos tem que ser? Tem aquelas tias que ficaram comigo o tempo todo. Conseguimos sacar algumas delas. Alguns familiares já foram pra outros países. Quantos teremos que sacar? (Ângela).

Doin (2009) assinala que em algumas situações traumáticas – como podemos localizar na experiência de refúgio – aqueles que deixam o país sentem-se como sobreviventes culposos ao acompanharem em segurança e à distância a vulnerabilidade daqueles que ficaram. Levantamos a questão de que o desenvolvimento de projetos futuros da família nuclear fica atrelado à intensidade

da experiência emocional de culpa maior. A paralisação assinala a força do “projeto resgate às origens”.

Casal 2: Márcia e Luciano

Vivências da gestação e parto fora da cultura de origem

Em relação à gravidez os membros do casal relatam como tendo sido inesperada, antecipando um projeto, que aconteceria em outro tempo no planejamento dos membros do casal. Luciano aguardava uma melhor definição da situação de trabalho no Brasil. A condição de se tornarem pai/mãe impulsionou-os a um outro território desconhecido:

Nada planejado, aconteceu, estamos casados. Ela ‘fixou’ grávida antes do casamento, mas não foi nada planejado. Aconteceu. [...] Tínhamos ideia de voltar, sempre. Era fixado nessa ideia de voltar. Morava aqui com a mente lá. A família e toda uma vida lá. Mas depois tivemos que esquecer (Luciano).

Luciano expressa a gravidez como fixação e enraizamento do casal no Brasil. De certa forma, foi o que aconteceu. Quando chegaram, a condição oficial de Luciano era pelo vínculo de trabalho, o que poderia ser rompido a qualquer momento. Com a gravidez e o nascimento do primeiro filho, ambos passaram a ter o visto de permanência.

Finalizando contrato, sempre uma angústia porque não sabia se renovavam ou não. Só poderia trabalhar com essa empresa porque foi quem tirou meu visto de trabalho e não podia trabalhar com outra. Ele nasceu e graças a ele a gente ganhou o visto permanente. Aí eu tinha a liberdade de trabalhar com qualquer empresa, não dependia daquela empresa (Luciano).

De acordo com a Portaria Interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018, inciso IV, o visto de residência é concedido ao imigrante que tenha filho brasileiro (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017). Dessa forma, por meio do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) é concedido aos pais estrangeiros admitidos na condição de temporário ou permanente, o direito de morarem e trabalharem no Brasil. Um importante passo na história de fixação e enraizamento de Márcia e Luciano e de todos os que vivem em condições similares.

Nesse contexto, para estar em um país é preciso se comunicar e a adaptação ao novo idioma foi muito difícil para cada membro do casal parental, principalmente por estarem vivendo a gravidez de seu primeiro filho. Dois códigos subjetivos a serem decifrados por cada um: o do idioma do país e o da parentalidade:

Eu ficava esperando meu marido chegar e falar com a médica. Eu não entendia ela e ela não me entendia. Ele começava a falar, e ia explicando mais ou menos porque ele também só tinha um ano no Brasil. As palavras que falava eram mais para o trabalho, mas de gravidez também eram palavras novas, que ele desconhecia também (Márcia).

A gravidez é um momento de muitas mudanças para qualquer mulher e vivido culturalmente de forma diferenciada. Ignorar essa alteridade pode às vezes colocar em risco mulheres que não estejam inscritas nos códigos culturais locais, além de colocá-las em um profundo estado de solidão. Moro (2017) assinala que toda qualidade de imigração suscita rupturas com laços familiares, sociais e culturais e que a partir desses vínculos encontram-se a possibilidade de expressão de afetos, como a tristeza e inseguranças da mãe. Para a autora é importante que a equipe médica aprenda a reconhecer o desamparo em suas narrativas para buscarem meios de compreendê-las.

Em um dos exames, em outra clínica, Márcia ouviu um médico conversar com outra paciente e reconheceu a sonoridade do idioma. Quando chegou sua vez na consulta, perguntou e ele confirmou a mesma nacionalidade que ela. Com esse médico, Márcia fez um vínculo de apoio, passando a tirar dúvidas de suas angústias. Naquele momento, ele representou o contorno afetivo que ela havia perdido. A escuta médica passou a ter “a sonoridade familiar do idioma”.

O médico tinha um sotaque diferente e viu que eu também tinha. Ele perguntou em espanhol: ‘De onde és?’. Uau! Desceu Deus pra mim! Aí eu passei a perguntar tudo para ele (Márcia).

O encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com nossa língua. Esse confronto entre primeira e segunda língua nunca é inofensivo para o sujeito porque traz a importância da dimensão afetiva, colocando em jogo todo o aparelho fonador na mobilização de ritmos, sons e curvas da entonação de voz (Revuz, 1998).

No encontro com o médico com quem podia falar, Márcia foi estabelecendo pontes entre os dois mundos, trocando ideias e ouvindo orientações, que passaram a ter o som de cuidado e proteção. O médico foi o resgate de seu contorno com seu corpo psíquico e cultural. Com ele, Márcia construiu a possibilidade de seu filho ser uma criança de cá e de lá. Incipiente ideia de transculturalidade:

Eu dizia que era sozinha com meu marido. O médico me passava confiança e que eu deveria ficar bem porque se eu voltasse para meu país eu não daria a meu filho a nacionalidade brasileira e mais a de nosso país (Márcia).

Sobre o parto, Márcia estava assustada quando ouvia de outras mulheres que a cesariana era comum no Brasil. Ela tinha medo, pois se lembrava do sofrimento de suas irmãs ao terem filhos com esse tipo de parto. Com sua mãe, pelo telefone, ela também buscava apoio. Márcia relata que uma recomendação importante de suas irmãs e mãe que não lavasse o cabelo durante quarenta dias após o parto. Entretanto, no dia seguinte apesar de falar com uma enfermeira, Márcia foi levada ao banho para que molhasse seu cabelo:

E quando vi lavaram meu cabelo. Tive medo de passar mal pelo que minha mãe tinha me falado e quando eu dizia para enfermeiras, que no meu país era diferente e elas diziam que não era bem assim. Ficavam bravas e eu que entendesse (Márcia).

Frente aos profissionais que em suas conduções técnicas não compartilham do mesmo contexto cultural, as mulheres deparam-se com intervenções clínicas, que não respeitam os costumes culturais que servem como proteção, ficando mais exacerbado e violento em mulheres primíparas. Moro (2017) destaca que esses atos médicos podem funcionar nas mães como verdadeiras “efrações” culturais e psíquicas.

Na relação com o bebê às ansiedades naturais da maternidade condutas médicas com acentuadas diferenças culturais foram acrescidas. Márcia percebia que o filho chorava muito e ficava desesperada, convencida de que não tinha leite suficiente para amamentar seu filho. A conduta do pediatra era que ela insistisse na amamentação, o que em sua cultura não seria possível, pois lá todo bebê deve tomar complemento de leite para que fiquem tranquilos e suas mães possam

dormir. Percebemos a devastação e amplitude desses conflitos no relato de Márcia:

Na pediatria houve um choque nos costumes. Lá, a gente costuma dar leite para complementar porque a mãe precisa dormir. Aqui não deixavam, era só leite de peito. O médico não queria que desse e brigava. Eu falava tudo com minha mãe porque não entendia médico, pediatra [...]. Até quando fizeram teste do pezinho, não entendia nada e fiquei apavorada, quase enlouqueci (Márcia).

Sobre essa vivência, Eiguer (2017) assinala que para um grupo familiar em situação de imigração, a sensação de ser uma família estrangeira em um país anfitrião provoca sentimentos de estranheza, conotados regularmente como desconforto e sofrimento.

Depois de um ano, Márcia, Luciano saíram da cidade onde aportaram vindos do país de origem e vieram, agora com o filho, para o Rio, onde nasceu o segundo filho. Aos poucos, um pouco mais seguros com a nova cultura, construía a possibilidade fincar raízes no Brasil. Nessa condição, impossibilidade de retorno delineava-se com mais clareza. Outra escolha, revivência das perdas:

Quando a gente veio para cá, a gente ainda pensava em voltar. Sempre. A qualquer momento que tudo lá mudasse, a gente iria voltar [...]. Mas já eram dois filhos. A gente tinha que pensar neles e parar de pensar na gente. Eu não aceitava o Brasil em meu coração. Não vim para cá porque quis, para começar. Foi muito difícil (Márcia).

Aprendemos a viver aqui. Ainda estamos perdendo esse negócio de em todo dezembro querer voltar [...] estamos vivendo, fazendo vida. Antigamente não comprávamos brinquedo grande porque não caberia na mala pra voltar (Luciano).

No processo do exílio, o enraizamento emocional é um processo lento, pois coloca o sujeito em dupla defasagem dos elementos afetivos e culturais, de seu país de origem e o país de destino. Para Moro (2005), tais fatores misturam aspectos individuais e familiares, que por um longo tempo dão àqueles que migraram a percepção de terem suas raízes arrancadas.

Formação de redes sociais e de apoio

Nesse período, além de suas famílias, Márcia e Luciano construíram uma rede de apoio local, a partir de um casal vizinho. Receberam todo o apoio que

precisavam, sentindo-os como uma família substituta. Importante auxílio na situação de vulnerabilidade, cuidado e proteção:

Um senhor e uma senhora que iam e vinham. Um pessoal que conheci lá, que amo, minha paixão. Ela tinha cuidados com o bebê como se fosse neto e até hoje ela liga pra ele. Uma amizade, uma família completa. Morávamos perto e ela deixava meu marido descansar e ficava comigo no hospital (Márcia).

Essa vizinha dizia pra eu ir embora, para eu ir dormir porque no dia seguinte tinha que trabalhar. Foi uma época mais difícil. Difícil e boa porque a gente enfrentou juntos a gravidez. Ela não falava português e eu falava pouco (Luciano).

Mais uma vez identificamos a relevância de pessoas que servem de contenção e apoio nas situações de rupturas vividas no exílio. Segundo Andrade e Vaitsman (2002), em momentos difíceis, as relações sociais com vínculos positivos podem restabelecer a autoconfiança e fomentar recursos para um ajuste ao meio.

Nesse contexto, a rede familiar de apoio manteve-se preservada e a construção de vínculos dos filhos com a família extensa foi possível pelo uso de tecnologias de informação, um dispositivo que permitia manter o senso de pertencimento ao grupo familiar maior. Dessa maneira, eles também superavam o sentimento de isolamento:

Pela internet os filhos jogam e vivem brincando com os primos. Mas no Natal o mais novo chorou muito que queria estar lá com seus primos porque aqui não temos família. Eu me segurei firme e disse 'você é brasileiro. Você não vê a cultura brasileira, como fazem o Natal? Não é igual, mas você está me vendo chorando?' Mas eu estava chorando igual ou pior, pensando que queria estar lá (Márcia).

No relato identificamos a possibilidade de o filho mais novo expressar em seu choro a dor pertencente também aos pais diante da separação e privação de convívio com a família extensa. Para dar suporte a seu filho, Márcia marcou a diferença entre os mundos dos pais e dos filhos. Para Boszormeny-Nagy (2013), as lealdades familiares saudáveis podem ser definidas como a capacidade de transmissão dos pais aos filhos, compatibilizando a individuação emocional de ambos, podendo ser expressa pela capacidade de equilibrar compromissos de antigas e novas lealdades.

Relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital

O momento do ciclo vital dessa família possibilitou-nos escutar as incertezas da relação parento-filial a partir de outros elementos importantes no desenvolvimento dos filhos. Às aprendizagens formais relacionadas à escolaridade somavam-se a transmissão das aprendizagens familiares. A escola ensina e a família transmite:

Os estudos aqui são muito diferentes dos nossos [...]. Na faculdade, não passamos pela experiência, mas pelo que contam pra gente, a entrada na faculdade pública aqui não é fácil. Lá qualquer um entrava, bastava querer. Se não entrasse na primeira lista, entraria na segunda, certamente (Márcia).

Meu pai dizia que não tinha dinheiro pra deixar, só podia deixar educação. A gente fala isso pra nossos filhos, na mesma maneira que fizeram nossos pais [...]. Aqui eu vejo que não é assim. Se os filhos não entram na faculdade, fazem um curso técnico e pronto? Não quero isso. Mínimo é se formar na faculdade (Luciano).

Márcia e Luciano percebem-se com dificuldades para elaborar as perdas e articular os processos educacionais e culturais brasileiros. No exercício da parentalidade transcultural essas diferenças precisam ser levadas em conta, pois, na realidade são elas que produzirão as decisões e os caminhos a serem percorridos no cotidiano.

A relevância dos estilos educativos parentais na vida familiar e no comportamento dos filhos mostra a importância de algumas variáveis nas preocupações familiares. Luciano fala de algumas delas:

As brincadeiras que fazem, na escola, à moda do Brasil.. eles estão assim... eles são brasileiros, têm muitos amigos aqui, Eles ainda não falaram em bebida, mas falo pra eles porque sei que aqui é complicado. As coisas são precoces. Às vezes chegam assim... minha filha é mais pequena e diz que amiguinha quer sair com aquele e tal... Lá, menina de 11 anos ainda estava na creche (Luciano).

A sociabilidade traz realidades que estão em pleno dinamismo nas ruas e nas escolas, e, portanto, chamam a atenção dos pais por serem diferenciadas no tempo e na cultura que eles viveram a própria adolescência. Com o passar do tempo, os filhos jovens constroem suas próprias redes, o que traz inquietações aos pais sobre a continuidade ou ruptura dos vínculos com as famílias de origem.

Nos trechos destacados, novamente, identificamos a força da transmissão na constituição da parentalidade. Ao ressaltar a importância de educar de maneira semelhante à recebida, observamos o quanto a precedência do sujeito ocorre por mais de um outro, que o inscreve em uma “cadeia” geracional. Nessa rede, cria-se a origem do senso de pertencimento e as necessárias formações intermediárias que articulam diferentes espaços psíquicos do sujeito, como assinala Kaës (2000). Assim, cada família tem como tarefa, através de múltiplas e novas experiências, organizar e transformar sua história para transmiti-la para as futuras gerações.

Ainda em um esforço para manterem a cultura de origem na história de vida familiar, a comida e o idioma como pontos de transmissão cultural e de forte ligação com a “pátria-mãe” foram destacados pelos membros do casal parental:

De lá, a gente mantém a língua. No começo, quando não estavam na escola, só queríamos que falassem em espanhol. Agora, falamos em português e espanhol e eles nos corrigem: ‘não se fala assim, você fala errado’ (Márcia).

Aqui em casa falamos espanhol porque o português eles aprendem na rua, na escola [...]. Mas a comida não abrimos mão, a maioria que comemos aqui é de lá. O tempero e um bolinho especial de lá. Os filhos gostam e comem. Mas também tem as coisas boas daqui. Os meninos são amarradões em comer feijão com arroz todo dia (Luciano).

Cada membro do casal parental sente a presença da cultura brasileira dentro da própria casa e precisa negociar entre o que deseja transmitir no espaço intersubjetivo e o que precisa aceitar das representações do mundo de fora, trazidas pelos filhos. Levar em consideração a dimensão cultural significa apoiar-se na importância que as referências culturais têm no equilíbrio dinâmico de cada um e em seu papel na estruturação psíquica. Tornar-se singular mediante as referências de padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente, em termos dos quais cada sujeito dá forma, ordem, objetivo e direção às suas vidas (Geertz, 2017).

À medida que o tempo passa, a elaboração do luto da terra natal passa por um processo de resiliência em um esforço contínuo para fazer a vida seguir, como nos conta Márcia:

Falei pra meu marido que a gente tem que começar no Brasil. Se for embora, a gente vende e vai embora, não vai perder nada. As lembranças são importantes [...]. Um dia se sair daqui, meus filhos vão se lembrar do Carnaval daqui.

Vivemos no Brasil, mas com a cabeça lá. Não moramos nem lá e nem cá (Márcia).

Freud ([1915] 2010) nos faz refletir sobre a transitoriedade e no valor da escassez do tempo sobre as situações, que as fazem preciosas pela marca de sua finitude. Essa concepção freudiana mostra a importância de construirmos com aquilo que temos *no* e *para* o tempo de agora. A elaboração de perdas ajuda a manter a beleza das coisas, sem antecipar o luto de perdê-las.

Perspectivas futuras para a família

Em relação às perspectivas futuras, a vivência paradoxal entre ruptura e continuidade ganha mais visibilidade no casal, marcando também uma maneira diferenciada de viver a relação com os filhos adolescentes. Percebemos que o fazer planos familiares evoca a participação deles nas decisões de projetos.

A ideia é voltar, mas também não pode ser assim. Temos que pensar no futuro deles, se vão ter oportunidade de trabalho, porque a gente tem que pensar neles (Márcia).

No princípio, quando eram pequenos, a gente botava na cabeça deles que a gente ia voltar. Até que eles ficavam tranquilos. Hoje em dia eles dizem que não querem, só de férias e Natal para ver primos, mas viver lá não. [fala do filho para o pai] ‘Você é pai de brasileiro. Você fala se a gente quer voltar? Mas a gente nunca foi de lá. A gente só ia para visitar’ (Luciano).

Nos trechos destacados percebemos que na medida em que os filhos crescem a identificação maior é com as relações horizontais, com amigos e com a própria nacionalidade. Assim, a diferença que antes só aparecia no mundo de fora, agora é trazida pelos filhos para dentro da casa nas relações familiares. Os pais tornam-se “os estrangeiros” no próprio espaço familiar.

Outro fator que a fase da adolescência provoca é a recolocação das três gerações no ciclo vital da família – filhos, pais e avó. A vulnerabilidade cada vez maior da terceira geração, que permanece na precariedade do país de origem, reedita perdas e culpas nos pais. Sayad (1998) destaca que é na adolescência dos filhos que os pais passam a tomar consciência das escolhas que fizeram ao deixarem a terra natal:

Tocar em assunto de casa é muito difícil. Hoje mesmo, estava escrevendo para uma prima dizendo que tenho saudades muito fortes, até do cachorro. Se eu tomo café, penso ‘será que eles têm café lá?’. Não vou tomar café porque não tem café lá. No Natal não estava com minha mãe, meu pai coitadinho ficou machucado, meu pai queria comer tal coisa e não pôde comer (Márcia).

Meu pai morreu e eu não estava lá. Minha mãe é viva e está doente. Veio ano passado pra cá, ficou seis meses, queria voltar e voltou. Somos sete, mas agora só tenho dois irmãos que permanecem lá para cuidar dela. Daqui a pouco minha mãe pode não estar mais aqui. É complicado hoje dizer se vou ou não voltar. Vai chegar um momento que vamos ter que decidir (Luciano).

A perda de objetos queridos pode levar a uma forma de elaboração que produz superação, mas nunca será a substituição do objeto. O que se transforma é o modo de presença de objetos que se perderam, a qual é mantida pela transformação da relação entre o eu e objeto interno.

Não tem mais amizades, todo mundo foi embora e sabe, até minha mãe e meu pai. Não é mais nada igual tudo já mudou muito. Acho que voltar foi o que sempre quis, mas no fundo, no fundo, não voltaria. Aquele país não é mais o mesmo (Luciano).

A projeção de futuros projetos e a elaboração da perda são concomitantes frente a possibilidades e limites enfrentados pelas famílias em tais realizações. Há tentativas e estratégias para colocar a vida em marcha, sobretudo no restabelecimento geracional:

Se fosse voltar, iria todo mundo, mas vejo que os filhos têm melhor futuro aqui no Brasil. Eu ficaria aqui, mas iria com mais frequência lá ou traria meus pais mais para cá para fechar mais o vínculo, porque acho que tudo se vai perdendo lá. Hoje lá também não é o que era pra nós e nem é o país deles. Seria algo a explorar, algo novo, não sei (Márcia).

Projetar o futuro é complicado. Eles têm orgulho de ser brasileiros [em tom triste]. Então, vamos fazer crescer aqui a nossa família, a partir de mim e de minha esposa, expandir aqui nosso sobrenome porque é complicado realmente. A gente está claro que primeiro está nossa família daqui. A gente está claro que o melhor é ficar aqui agora (Luciano).

El Hajji (2019) destaca que, existencialmente, a condição imigratória pode ser comparada a um veículo imaginário, no qual o imigrante embarca, mas nunca desembarca. O tempo e a distância não apagam essa experiência. Desenraizamento, desterritorialização, desrealização do espaço social

permanecem na identidade e parecem ficar para sempre. Um fator de tomada de consciência da vulnerabilidade humana nas dimensões psicológica e social.

Casal 3: Andréa e Felipe

Vivências da gestação e parto fora da cultura de origem

A gravidez, para Andréa e Felipe, ocorreu logo após aceitarem a proposta de trabalho feita a Felipe. Naquele momento, já fora do país de origem, ou retornavam ou aceitavam vir para o Brasil:

Quando decidimos vir ao Brasil, fiquei grávida. Quando cheguei, não falava português. Foi muito difícil porque as pessoas pensam que o português é parecido com nossa língua, mas é muito difícil e como grávida, não conseguia me comunicar [...]. Minha gravidez foi boa, mas estava mal de estômago, não queria comer a comida daqui. Tem sabor diferente e eu não gostava de nada (Andréa).

Em relação à gravidez e ao parto, no país em que ambos tinham ido para estudar, o idioma era o espanhol, o que não ofereceu dificuldades para adaptação inicial. Entretanto, no Brasil, a insegurança da gestação do primeiro filho e a incompreensão do idioma levou os membros do casal parental a buscarem um acompanhamento médico que possibilitasse uma compreensão mínima. Encontraram um profissional que também falava um pouco de inglês, idioma aprendido na adolescência de Andréa:

Assim eu consegui me comunicar melhor. Acho que não ia conseguir. Mas foi bem difícil! O parto foi bom e fui acolhida pelo médico. Me senti confiante. Mas com a pediatra, senti muitas dificuldades. Ela não me entendia. Fiquei muito ansiosa. Muita coisa acontecendo junto (Andréa).

Depois que passamos pela transição da decisão da mudança foi tranquilo. Mas ser pai não é fácil, ser pai de um primeiro filho e ainda mais em um país que não é o seu. Sem a segurança de garantir um entorno seguro para ele e para a esposa (Felipe).

Relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital

A construção da relação com o filho produz transformações e incertezas em várias dimensões. Nas mães, somado às diversas disfunções naturais da gravidez, ainda é preciso lidar com o desconhecimento sobre as mínimas bases de apoio da nova cultura, como é o idioma, o que lhes provoca demandas às vezes

difíceis de serem formuladas. O *eu* da língua estrangeira não é jamais e, completamente, o da língua materna. Um verdadeiro trabalho, um questionamento permanente sobre a adequação daquilo que pode dizer o que se quer dizer (Revuz, 1998).

A morte do pai de Andrea abalou os membros desse casal logo nos primeiros dias após o nascimento do filho. Além da dor, subtraiu a possibilidade de sua mãe vir para apoiá-los, o que os deixou em estado de maior vulnerabilidade para cuidar do bebê:

A experiência de ser mãe longe da família foi terrível! Meu pai estava doente justo nesse período e ele morreu uma semana depois que meu filho nasceu e minha mãe não podia vir [choro] [...]. Eu não conhecia nada da cultura de bebê em outro país. Me senti muito sozinha, então passei a ter a cultura daqui. Aqui se entende o que é ser mãe. Eu estava precisando disso. Amamentei quase 1 ano, minha família não entendia porque tanto tempo (Andréa).

A impossibilidade de retorno ao país de origem e o nascimento do filho despertaram vivências emocionais de muita ambivalência. Felipe ao mesmo tempo em que tinha muita preocupação com a proteção da esposa e do filho, pensava em sua família de origem, que ela deixara e que agora estava distante e desprotegida.

Minha preocupação principal é com segurança e educação, mas quando olho para outros pais vejo que eles tentam garantir a educação. Gostaria de voltar pro meu país em algum momento. Muita saudade! Nossa cabeça fica pensando quando vai melhorar, quando vai ter estabilidade. Meu pai saiu há dois anos. Fechou tudo. Minha mãe ainda mora, e ainda a gente manda dinheiro para ajudar. Mas até quando? (Felipe).

Segundo Boss (2006), os lutos que envolvem grande carga de ambivalência fazem o sujeito experimentar afetos aparentemente não sintetizáveis, mas que podem ser transformados em algo diferente, com um novo investimento afetivo.

A falha protetiva da “pátria-mãe” aparece tanto na dimensão familiar quanto na estrutural, oriundas da violência social a que seu país expõe sua população. De certa forma, podemos associar essa ideia ao que Winnicott (2005) denominou como *holding*, um conjunto de cuidados maternos físicos e mentais dispensados ao bebê no período posterior ao seu nascimento. É possível também

pensarmos o *holding* como provisão suficientemente boa do ambiente, o que lança o conceito para além da figura materna.

Formação de redes sociais e de apoio

Nesse sentido, a rede de apoio familiar através de dispositivos tecnológicos possibilitou mitigar o medo decorrente da descontinuidade das dimensões já citadas. Andréa também fala da separação de sua família e de quanto se ressentiu de eles só conhecerem o filho pelas redes sociais:

Lá, ninguém está vivendo bem. Mesmo que a gente mande dinheiro, não tem o que comer. Por algum momento eles ainda têm condições [...] mas em termos de segurança é terrível! Tem gente que não sai de sua casa [...]. Temos um grupo de Whatsapp e vejo que as pessoas estão com muitas dificuldades. Todos os dias meu filho fala com eles. Todos os dias (Andréa).

O uso da tecnologia, como celulares e a rede da Internet pode funcionar como mediação, minimizando as perdas de vínculos, transformando em conexão o que é vivido como desenraizamento, como destaca Milella (2016).

Em relação à rede social de apoio, Andréa foi quem a construiu pela necessidade de trocas frente às demandas do filho. Buscou fazer amizades na vizinhança com outras mães que também tinham filhos pequenos. Essa rede foi se ampliando e Felipe passou a incluir os colegas de trabalho. Uma aposta transcultural para uma composição social. Percebemos, que a forma de construir a rede foi relativa ao envolvimento de cada um em seu cotidiano:

Tenho amigas que são muito cercanas a mim. Por exemplo, a amiga que conheci assim que cheguei. Com ela, comecei a conhecer pessoas com bebês. Até aí não tinha como conhecer, normalmente as pessoas se conhecem através da escola, pessoas com filhos maiores, que não podiam me cercar. Agora que tem mais pessoas, posso conhecer mais gente (Andréa).

O grupo que a gente tem é muito pelo trabalho, então tem sul-americano de muitos lugares e brasileiros também. Uma mistura. Meio que balança a cultura de todo mundo. Aos domingos, tem churrasco. Não é churrasco de lá e nem de cá. Tem sempre balanço entre o que vai comer e beber, mas posso falar que tem muitas diferenças daqueles que a gente fazia. Dá saudades! (Felipe).

Segundo Sluzki (2008), diferentes culturas têm diferentes normas e expectativas em termos de envolvimento da rede na vida cotidiana das pessoas;

mulheres e homens mostram diferenças no desenvolvimento de suas redes sociais e nas habilidades de manutenção e utilização.

Faz-se importante ressaltar o termo *cercar* que lhe é próprio do idioma materno, usado por Andrea. Essa palavra vem coberta pelas ideias trazidas anteriormente sobre invólucro e proteção. Andrea, demandante de “*cercanias*”, teceu sua rede de apoio. A forma de se envolver refletiu a maneira de como foi envolvida.

Perspectivas futuras para a família

Quanto a projetos futuros, percebemos que cada membro do casal projetou planos que mostram a preocupação com o enraizamento do filho. O nascimento do primogênito no Brasil colocou-os em posição jurídica diferente daquela que tinham quando chegaram. O vínculo antes do filho era pelo trabalho, e agora é de permanência, o que evoca outro olhar dos pais sobre enraizamentos:

Quando chegamos, nosso visto era de trabalho, mas agora, com filho, é visto permanente. Acho que se acontecer algo ainda pior no nosso país e meu marido não trabalhar mais na empresa, a gente pode ficar aqui no Brasil [...]. Falo também em português com meu filho porque se a gente um dia for embora, não quero que ele perca o português. Ele é brasileiro e é também de nosso país. Quero que ele mantenha sua raiz daqui (Andréa).

Eu gostaria que no futuro ele conseguisse manter português, até porque ele vai ser brasileiro. Acho que tentar dar pra ele que ele é brasileiro. Na verdade, ele é de nosso país e brasileiro. Gostaria que ele sentisse essa pertinência de ser do Brasil. Depois, se for o caso, quando perguntar por que é brasileiro, quero contar que estávamos aqui nesse momento e dar a ele um pouco dessa história (Felipe).

A criação de um espaço entre o mundo social da cultura do país de destino e o de origem revela uma incipiente área de transculturalidade, onde as incertezas são amenizadas por ações que tornam possível a criação de uma história que restaure um processo de transmissão com elementos afetivos e culturais das duas culturas.

Casal 4: Melina e André

Vivências da gestação e parto fora da cultura de origem

Para os membros desse casal, a parentalidade iniciou dez meses após o casamento:

Africanos quando casam automaticamente tem que ter filho. Na minha terra se você casar e passar um ano sem ter filho, a sogra vai vir e perguntar ‘por que você não vai ter filho? [...] Eu queria ter filho também porque eu queria conseguir o documento, eu pedi refúgio depois de parar de estudar. É um pouco difícil. Não é que fiz filho pra ganhar, mas quando ele chegou, eu falei, graças a Deus! Vou ter meu visto e documento (Melina).

A história da minha mulher na Polícia Federal não serve pra você conseguir o estatuto de refugiado. Ela até hoje não tem documento, somente um protocolo. Como casou comigo e tem um filho, ela conseguiu o mesmo estatuto que eu, o de refugiado. Com o filho, tem a possibilidade de ter outra documentação, de ser permanente. O visto permanente você pode ir pra nossa terra, mas tem que voltar antes do prazo do documento, que é de cinco anos (André).

Podemos perceber que o nascimento do filho oficializou a permanência, promovendo uma forma de enraizamento fundamental para a condição em que se encontravam. A conjugalidade e parentalidade foram postas no solo do país de destino.

Na gravidez e no parto, Melina relatou que se sentiu assistida pela equipe médica e que por ter algum domínio do idioma não sentiu dificuldades na relação eles. Sua angústia e insegurança vieram no parto, pois a indicação era que ela fizesse o parto cesárea, o que na cultura africana é vivida como violência e morte:

Quiseram fazer cesárea. Na minha terra quase 90% das pessoas faz normal. Na minha cultura, quando vai fazer cesárea, a gente fica com tanto medo! Porque pra nós isso é um risco mesmo. A maioria das pessoas que faz cesárea morre. Aí meu marido ligou pra minha mãe, ela e toda minha família começou a orar porque é uma coisa é que a gente não está acostumada com isso. Vou falar que foi horrível! (Melina).

Constatamos que vulnerabilidade da primeira gravidez trouxe ideias fantasmáticas e angustiantes a partir da diferença cultural que precisam ser levadas em conta para a manutenção da saúde emocional da mãe. Para Melina, a falta de proteção dela e do filho estava inserida numa leitura de crenças de seu mundo de origem (Moro, 2017).

Nesse aspecto, retomamos as ideias de Lebovivi (1987) quando o autor destaca que desde a gestação, frente ao bebê imaginário e ao bebê cultural as

representações maternas possibilitam um espaço de angústia para o momento de integração com o bebê real.

Relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital

O sentido de pertencimento e continuidade vai sendo construído no cotidiano da relação parento-filial. Melina e André relatam que a família extensiva não entendia alguns costumes e à medida que o filho foi crescendo, a necessidade de comunicação foi se tornando mais premente. As avós, principalmente, ainda fazem questão da transmissão do dialeto africano no neto estrangeiro, o que torna muitas vezes impossível o diálogo com a criança:

Minha família fala: ‘Cadê nosso brasileiro’. Infelizmente tem dois anos que meu pai morreu. Agora tem minha mãe e ela reclama. ‘Você tem que ensinar nossa língua. Como eu vou conversar com ele?’ Mas quando coloco ele no celular, minha mãe fala em Lingala e depois ela reclama porque ele balbucia os nomes dos desenhos da internet em inglês. Nem brasileiro e nem africano. Mas eu estou ensinando pouquinho até conseguir (Melina).

Ficam tristes e todo mundo reclama. A gente promete que vai ensinar com certeza porque é uma parte da tradição que tem que continuar nele. Ele é daqui, mas faz parte de uma família que está lá. Ele precisa aprender. A família toda não pode aprender a falar português, mas ele com certeza vai poder falar Lingala para manter a tradição (André).

Pela via da tecnologia, as crianças desde cedo assistem a desenhos animados, repletos de estímulos visuais e sonoros. Assim, pelo entretenimento, outros idiomas são oferecidos às crianças, que aprendem de forma lúdica. O dialeto das famílias de origem possui um significado sagrado para o grupo familiar, o que será desenvolvido pelos pais aos filhos, como compromisso de inscrição na história dos antepassados.

Aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se “outro”. Essa dupla experiência de rupturas, perdas, descobertas ou apropriação é mais violenta quando ela é acompanhada de uma ruptura real como acontece nas situações de exílio. Uma experiência que é menos ligada a características psicológicas ou culturais de quem aprende, mas que denota um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem (Revuz, 1998).

Outros traços culturais aparecem na relação parento-filial como elementos de transmissão e continuidade da história e cultura familiar. A comida traz o sabor da terra natal, o que constitui um elemento de muito valor para o casal.

Estou criando ele tipo um brasileiro. A comida da minha terra eu cozinho do jeito pra mim e pro meu marido e do gosto da gente, mas só que eu misturo muita coisa de vocês. Depois, quando filho começar a comer outras coisas, vai começar a comer também nossa comida porque não tem como deixar isso de lado (Melina).

Por outro lado, tem um choque cultural. Até a comida é diferente porque o que vocês comem a gente não come. Por exemplo, feijão preto. Na minha terra, feijão preto é uma comida de pessoas que estão presas, na cadeia. Qualquer pessoa, mesmo de nível baixo de pobreza, não come feijão preto (André).

Manter a parentalidade em sua diversidade cultural requer um processo de reorganização subjetiva para cada membro do casal parental, ilustrada, por exemplo, nas misturas de comida referidas por Melina. Um conflito entre diversos e valiosos componentes de transmissão cultural, de continuidade de histórias e que precisam ser elaborados na criação de uma educação transcultural.

Formação de redes sociais e de apoio

Nesse contexto, a formação da rede de apoio foi importante para o invólucro de cuidados dos membros do casal com o filho. Melina e André passaram a contar com uma vizinha. Em seu país, na chegada de um bebê, uma rede de apoio familiar é formada espontaneamente entre as mulheres. Todas se mudam temporariamente para a casa dos novos pais e os ajudam nos primeiros cuidados. Em sua cultura, esse momento constitui-se como um ritual de introdução do novo membro da família na cadeia geracional.

Melina também buscava informações nas mídias sociais, por meio de vídeos, que lhe explicavam melhor algumas etapas do crescimento de seu filho.

Foi uma coisa difícil mesmo pra mim, vou falar que foi difícil porque nunca cuidei de neném, nunca troquei uma fralda. Até que quando ganhei ele, tinha uma senhora que me ajudou. Ela me ensinou a amamentar e foi muito bom. Depois, quando ele cresceu um pouco, ficava olhando pelo Youtube como fazer papas do jeito de vocês (Melina).

Cogo (2017) destaca que as estratégias e decisões sobre a autonomia feminina e a maternidade à distância muitas vezes leva as mulheres migrantes a acompanharem a rotina dos filhos por meio do uso de *softwares* de comunicação como o *Skype* ou *sites* de redes sociais. A autora ressalta o esforço de muitas mulheres em se introduzir no mundo da internet a fim de acompanhar o crescimento dos filhos e estabelecer conexões com a família no país de origem.

Perspectivas futuras para a família

Em relação a projetos futuros, a educação da cultura brasileira assusta Melina e André, pois em sua cultura a hierarquia é essencial e os superiores são respeitados. Os dois destacaram que no Brasil a hierarquia é falha, os mais velhos mostram-se mais permissivos e muitas vezes, não tão respeitados.

Ele é brasileiro, mas só que eu não gosto do jeito que vocês criam as crianças [...]. Esse lado mesmo que vou lutar com isso. Tem pais que não batem com maldade[...]. Eu na faculdade, podia ter dezoito anos, mas meu pai me colocava de castigo. Meu filho fizer essas coisas erradas, eu vou bater sim. Vou falar, ele é brasileiro, mas sou de fora. Tenho que educar meu filho sim (Melina).

Ele vai crescer numa cultura diferente, que nem tudo a gente gosta e sei que nem tudo ele vai querer. Ele nasceu no Brasil, ele é brasileiro, mas não vou querer que ele seja completamente brasileiro. Tem coisas que ele vai escolher e que não concordo. Não gosto do namoro daqui e digo que se os pais forem um pouco mais fechados, como na África, essas coisas não aconteceriam (André).

Cada grupo familiar tem uma forma de convívio em sua vida cotidiana, de estabelecerem papéis, funções e hierarquia. Em uma sociedade cada vez mais múltipla e mestiçada, é preciso tomar cuidado para não incriminar e nem patologizar maneiras diferentes de relacionamentos, principalmente quando a variável migração não for levada em conta. Cada família transmite mensagens organizadoras de sua cultura, que são decodificadas no contexto cultural dos filhos, formando uma tessitura singular no complexo mundo que estes também estarão descobrindo (Correa, 2000).

Nesse sentido, os membros desse casal relatam situações de preconceito étnico que eles têm vivido e as estratégias que constroem para atravessar a segregação e as diferenças culturais.

Aqui no Brasil a gente encontra preconceito e racismo. Quando se preenche fichas para escola, perguntam se é negro ou branco? Eles escolhem pela cor da pessoa? Se ele conseguir vaga em escola federal, vai passar por isso? Tenho que preparar ele, mas não vou aceitar não. Pra falar a verdade, nessas horas não penso em criar ele aqui não. Não penso porque mesmo criando do meu jeito, na rua vai encontrar pessoas que vão discriminar (Melina).

O que é meu e o que é do país dele? Se eu passar como obrigação vai ser um peso e quando tiver oportunidade, vai se livrar do peso. Mas, se ele entender o que faz e o porquê, isso passa a fazer parte da vida [...]. O que acho positivo na cultura africana, não vejo no Brasil. Certas coisas vão ser estranhas pra eu transmitir pra ele estando aqui. Vou ter que criar uma coisa que tenha as duas formas. Um pouco de cada cultura (André).

Schwarcz (2019) afirma que na “lista de marcadores sociais com impacto na realidade em que vivemos, estão incluídas categorias como raça, local de origem, gênero e sexo, e outros elementos que têm a capacidade de produzir diversas formas de hierarquia e subordinação” (p. 175). Segundo a autora, o uso dessas categorias tem produzido uma cultura de violência, cujos números têm crescido de forma alarmante, embora majoritariamente silenciados no país.

O Brasil é o território de sujeitos mestiços e que pela riqueza do atravessamento cultural que compõe suas origens, a sociedade brasileira pode mostrar as diferentes formas de pensar e sentir o mundo. Para isso, as histórias e heranças culturais precisarão ser aceitas, refletidas e postas em evidência.

3.4

Resultados e análise horizontal dos dados

Vivências da gestação e parto fora da cultura de origem

A parentalidade mobiliza componentes subjetivos e culturais, conscientes e inconscientes, entrelaçados na intersubjetividade dos membros do casal parental enquanto sujeitos em sua singularidade. Para os membros dos casais entrevistados cada gravidez veio em um determinado momento da vida e com significados próprios. Entretanto para todos eles, o primeiro filho veio consolidar o início de uma nova etapa, marcando a passagem do lugar anterior de filho (a) para o lugar de pai/mãe.

Em relação à gestação e ao parto, as mães primíparas precisaram lidar com a vulnerabilidade das diferenças culturais, efeitos da condição de refúgio. No acompanhamento pré-natal, as mães 2 e 3 relataram o componente idioma e, conseqüentemente, a relação com a equipe médica como um obstáculo a ser enfrentado no acompanhamento gestacional. Cada uma delas mobilizou estratégias para entrar em relação com tais profissionais.

A dimensão cultural também contribui para vulnerabilidade das mães 2 e 4 no momento do parto. Em relação à cesariana, percebemos o quanto a medicina ocidental equaliza determinadas condutas e intervenções, sem considerar as variáveis culturais de mulheres imigrantes. Alguns atos médicos que parecem inofensivos e normais adquirem conseqüências desastrosas nessas mães (Moro, 2017).

Em relação ao aleitamento, somente a mãe 2 relatou experiência negativa no incentivo a essa conduta, muito estimulada pela puericultura brasileira. Demonstrou vulnerabilidade nos primeiros contatos com o bebê, devido às suas incertezas frente às diferenças culturais e a falta de apoio da equipe pediátrica. Entretanto, as mães 1 e 3, que são do mesmo país e cultura de origem, relataram satisfação pelo longo tempo de amamentação, um encontro positivo que a cultura brasileira pôde proporcioná-las.

Nesse sentido, a experiência da mãe 2 mostra-nos que fatores emocionais muito singulares à história de vida de cada uma, acentuam as diferenças culturais, tornando a mulher mais vulnerável e desprovida de suporte para ela e, conseqüentemente, para seu bebê. Winnicott (2005) descreve como *preocupação materna primária* o estado após o parto em que a mãe desenvolve uma sensibilidade aumentada e de imensa identificação com seu bebê, para estar em boas condições de melhor responder as necessidades dele. Entretanto, segundo Winnicott, por diferentes fatores algumas mães não conseguem se entregar a esse “abandono”.

Relações parento-filiais em diferentes momentos do ciclo vital

A movimentação da cadeia geracional em todo processo de evolução do ciclo vital é uma transformação natural, mas na vivência do exílio as fronteiras geracionais ficam mais demarcadas pela introdução de novos referenciais

culturais. Um mesmo país pode ser um território estrangeiro para os avós, mas ser a terra natal de um neto recém-chegado na cadeia geracional de uma família.

Nesse aspecto, é importante ressaltarmos que o documento oficial recebido pelos pais após o nascimento do filho brasileiro garante-lhes a condição de permanência. Passam a ter vínculos de pertencimento, não sendo mais os estranhos/estrangeiros, pelo menos em situação de direitos. A Lei 13.445/2017 estabelece os direitos e deveres dos estrangeiros no Brasil, com filhos nascidos em território brasileiro. Não se tem a intenção de formular uma lista exaustiva dos direitos fundamentais, porém destacamos para os fins deste estudo que, entre eles, se encontram universalidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; não criminalização da migração; promoção de entrada regular e de regularização documental; garantia do direito à reunião familiar; igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares.

Nas relações parento-filiais, percebemos que todos os pais apresentaram dificuldades ao nomear a nacionalidade dos filhos. Entendemos esse ponto como um fator de transicionalidade na construção da parentalidade transcultural. Por outro lado, são os filhos que inserem subjetivamente seus pais no contexto brasileiro. Os membros do casal parental reconhecem-se a si próprios como estranhos no país de destino, enquanto seus filhos não sentem esse estranhamento e, mesmo os menores, lidam com a situação de duas culturas, recorrendo a diferentes estratégias e desenvolvendo diferentes processos de identificação. Os filhos não viveram a imigração, como disse o filho ao pai 2 e, portanto, não vivem os mesmos conflitos que seus pais. Para os filhos, o Brasil não é o país de destino; é o de origem.

Em meio a essa complexidade, percebemos que a culinária e o idioma apareceram como importantes marcas de pertencimento às origens. De fato, a culinária revela um pouco da história dos povos e seus traços culturais outorgam identidade e ligação com as raízes da terra natal. Os temperos, o modo de cozinhar os alimentos, como relatado pelos pais 2 e 3 e a mãe 4, são traços que aninham, envolvem os sujeitos e que em momentos de vulnerabilidade podem representar apoio e sustentação, como foi a experiência da mãe 1 no período de gestação. A mistura dos hábitos alimentares foi marcada como área de criação entre as duas culturas.

Em relação ao idioma, todos os membros do casal parental relataram a potência da língua como fator de transmissão geracional ao tentarem manter o idioma de origem como primeira língua na comunicação com os filhos. Entretanto, são estes que inserem os pais no contexto brasileiro, por meio de formas objetivas de comunicação, como fazem os adolescentes dos pais 2, corrigindo a forma “incorreta” da mãe falar.

A maior parte dos pais entrevistados destacou a permissividade na cultura brasileira como fator de preocupação. Os países de origem possuem características mais conservadoras, com hierarquia marcada nas relações familiares. Os membros do casal parental de filhos adolescentes evidenciaram esse medo na relação com o uso de bebidas e as relações de namoro, próprios do comportamento dessa fase. A este cenário ainda se acrescenta o fato de os jovens estarem em uma etapa de transição para a vida adulta, pelo que resulta a preocupação com a educação e vida profissional.

Formação de redes sociais e de apoio

As redes de apoio, como forma de sustentação, apareceram como fator estabilizador importante nesse primeiro momento da relação mãe-bebê. Todas as quatro mães entrevistadas relataram ter recebido suporte emocional, o que lhes promoveu acolhimento nesse momento do pós-parto e a criação de novos vínculos afetivos. Novas ligações que, de alguma forma, vieram reparar vínculos anteriores, deixados no país de origem.

Em relação às mídias sociais, as tecnologias de comunicação representaram um dispositivo fundamental para todos os casais entrevistados. Uma relação de ausência-presença entre a família nuclear e a de origem. Melella (2016) afirma que os sujeitos em deslocamento têm utilizado esses dispositivos – *Whatsapp, Skype e Facebook* –, cada vez mais, como produtos de um processo complexo de interação. Para a autora, se nos últimos anos os novos artefatos culturais reforçaram e alteraram diferentes esferas da vida das pessoas, nos processos migratórios adquiriram uma importância relevante. A utilização destas tecnologias tornou possível manter os vínculos afetivos mais fluidos e relativizar a ruptura nostálgica causada pelo afastamento.

Perspectivas futuras para a família

A questão de projetos futuros merece destaque quando os pais abordaram as expectativas em relação ao retorno ao país de origem. À exceção dos membros do casal parental 4, que desde o início afirmaram a violência das guerras como estado permanente daquela região na vida naquele país, os demais, vindos do mesmo país, demonstraram conflitos na aceitação de não retorno.

Para entendermos essa condição inerentemente violenta, recorreremos ao conceito de *perda ambígua*, desenvolvido por Boss (2006). Para a autora, existem duas formas possíveis de perda ambígua: um desses exemplos é quando, apesar da ausência física, as relações familiares permanecem como se as pessoas ainda estivessem presentes em termos psicológicos. A outra possibilidade refere-se a uma presença física, mas os familiares percebem que o membro não estando presente, não estando disponível. Segundo a autora, os sujeitos que experimentam essa ambiguidade congelam o processo de luto. Os casais entrevistados enquadram-se na primeira forma de perda, em uma zona cinzenta de ambiguidade social e ambivalência pessoal.

Nessas circunstâncias, a experiência de exílio quanto a sua dimensão temporal congela e a evolução do ciclo paralisa. A ausência é vivida como uma falha, evocando afetos de privação tanto para aqueles que saíram quanto para os membros das famílias que ficaram para trás. No espaço entre presença e ausência estão todas as histórias deixadas, mas que ainda representam parte das experiências significativas da vida que tiveram.

3.5 Considerações finais

Pesquisar parentalidade transcultural levou-nos a buscar o porquê, como e o que significou ou implicou cada membro do casal parental entrevistado na afirmação da história de se tornarem pai e mãe vivendo em exílio. Buscamos, a partir da compreensão e não somente do entendimento, conhecer a potencialidade desses casais, que mesmo quando expostos a um mundo real, caótico, assustador, mas, mesmo assim, ainda possível quando os caminhos se dirigem para a “sobrevivência” e “re-existência”.

Com todas as dores, a parentalidade transcultural apareceu como possibilidade de sair da inação em que a condição de exílio colocou esses sujeitos. A criação de um espaço mestiço e múltiplo, no qual novas identidades podem ser construídas. Em um cenário de deslocamentos contínuos, sujeitos nascem em uma terra, plantam raízes e estruturam modos de vida em vários lugares, fruto da transculturalidade. Esses são os sujeitos e famílias que nos incitam a descobri-los. Com eles, podemos reconhecer a oportunidade de encontro com o outro, sempre conjugado à abertura, troca e aceitação da alteridade constitutiva de cada um de nós.

4 Conclusão

Os movimentos migratórios colocam-nos em contato com um mundo que parece ter expandido suas fronteiras geográficas e culturais. A humanidade sempre esteve em deslocamento, entretanto, a diferença entre os migrantes de outros tempos e os atuais é de proporção: nossa época, com as guerras modernas e as ambições de governantes totalitários, é, com efeito, a era dos exilados, refugiados, deslocados e da imigração em massa. O exílio como uma vivência de fissura entre um ser humano e sua terra natal, é permanentemente lembrado como perda de algo deixado para trás e para sempre.

Assim, a presente pesquisa procurou investigar a parentalidade transcultural de casais em vivência de exílio, com o primeiro filho nascido em território brasileiro. Os resultados desse trabalho apontam que ao se tornarem pai e mãe, os membros dos casais buscaram uma saída para o desarraigamento, construindo uma relação que transcendesse as perdas de seus entes queridos e até um pouco de si mesmo. Entre o passado e o presente nasceu o primeiro filho e, com ele, um espaço intermediário de potência para a continuidade e transmissão de uma história geracional. Uma reparação do vazio existencial a que o exílio os impulsionou. Ademais, a condição de parentalidade deu a permanência oficial em contextos brasileiros.

Os relatos dos participantes evidenciaram que a ruptura com a “pátria-mãe” deixou uma ferida incurável, provocada por uma falha social que levou “seus filhos” a situações de desamparo, perdas e danos. Um furo na capacidade de contenção e *holding*. Nesse contexto, desinvestidos de interesse, alguns sujeitos lançam-se a outras terras e riscos, enquanto outros por diversos fatores permanecem, acompanhando de perto, a perda do país de outrora. Em qualquer situação a angústia é pelo esvaziamento. Os sujeitos passam a ter a sensação de um envelope perfurado, cujas referências de origem parecem escoar pelos buracos afetivos e culturais.

Ressaltamos que todos os entrevistados relataram o desejo de retornarem às raízes. O desvinculo de elos afetivos com o lugar que habitavam ficou evidenciado em falas como *nada lá é mais o mesmo*. O país não é mais reconhecido como aquele em que eles nasceram. Tudo ficou estranho, pois a

violência empurrou a terra natal para outro lugar. Não há mais o reconhecimento como a deles. A constatação dessa realidade além de difícil é perturbadora para se seguir em frente.

Dessa forma, pesquisar a realidade do exílio suscitou-nos uma aproximação afetiva dos sujeitos participantes de nosso estudo. Mediante uma escuta acolhedora, tentamos restituir, o mais próximo possível, os aspectos cognitivos e afetivos dessa dolorosa realidade. Percebemos que no espaço entre a decisão de sair e o momento de reconhecimento da impossibilidade de retorno, encontramos a singularidade de cada sujeito de nossa pesquisa. A maneira própria como cada um viveu suas dores e o esforço produzido para superá-la. Nesse ponto central encontramos a dobra, a passagem e a transição feita da impossibilidade à possibilidade, ao que denominamos no presente estudo como “do luto à luta”.

Ademais, consideramos que o início de uma conjugalidade, marcado pela criação de um novo universo compartilhado, fortaleceu os laços dos casais. Nas fronteiras entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, os casais formaram um espaço, tecido em uma trama resistente, baseada na cumplicidade, com fios que tinham as mesmas dores do dilema entre pertencimento e não pertencimento às duas culturas.

Identificamos que a experiência compartilhada pela conjugalidade trouxe a sutura necessária para que cada membro do casal encontrasse seu modo próprio de elaborar os desenraizamentos e a realização do processo de reconstrução pessoal. Podemos afirmar que encontramos sujeitos estrangeiros, não restritos a critérios de deslocamentos geográficos, mas resultantes do cruzamento de várias fronteiras, social, familiar e subjetiva. Estrangeiros porque possuem a marca da transposição. Ao chegarem ao país de destino, perceberam que o Brasil, se não tão hospitaleiro como imaginavam, era uma terra razoavelmente generosa, acenando a melhores condições de vida para cada um e para a família que formariam.

Nesse cenário, ressaltamos que lidar com o tema da diversidade cultural é, portanto, uma questão de equilíbrio entre validar as diferenças entre nós e apreciar as forças de nossa humanidade comum. As fronteiras podem ser interfaces móveis, produzindo mestiçagens e hibridizações, tecendo intercâmbios culturais e sociais. Como psicoterapeutas de família, precisamos ajudar nossos clientes a desenvolver suas várias identidades pertencentes a vários grupos, para se ajustarem a um mundo em constantes mudanças.

Outro ponto a ser ressaltado é a inserção cada vez maior de crianças com múltiplas origens em nosso contexto, o que será um desafio na reelaboração de modelos educacionais e familiares. Assim, outras pesquisas fazem-se necessárias, abordando os filhos de pais que vivem entre dois mundos culturais: o da origem e o de seu lugar de vida, a partir do encontro entre diferentes culturas preocupadas com a recomposição de valores e princípios por meio dos quais todas as crianças podem ser educadas. Dessa maneira, ressaltamos a transculturalidade como possibilidade de misturar sujeitos de múltiplas etnias, culturas, ideias e olhares e, assim, construir uma sociedade com capacidade de transmutar diferenças e criar multiplicidade.

5

Referências bibliográficas

Andrade, G.R.B. & Vaitsman, J. (2002). *Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934. doi: 10.1590/S1413-81232002000400023.

Anzieu, D. (1985). *O eu pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bauman, Z. (2017). *Estranhos batem a nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar.

Berry, J. et al (1992). Acculturation and intercultural relations. In J. Berry et al. *Cross-cultural psychology: research and applications*. Cambridge: Cambridge University.

Bardin, I. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Boss, P. (2006). *Loss, trauma and resilience: therapeutic work with ambiguous loss*. New York: W.W. Norton & Company.

Boszormenyi-Nagy, I. (2013). *Invisible loyalties*. New York: Routledge Taylor & Francis Group.

Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós.

Bydlowski, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: transparência psíquica e representação do objeto interno. In L.C. Filho; M.E.G. Correa & P.S. França. *Novos olhares sobre a gestação e a criança de três anos* (pp. 205-214). Brasília: L.G.E.

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp.7-27). Porto Alegre: Artmed.

Cogo, D. (2017). Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40(1), 177-193. doi: 10.1590/1809-58442017110.

Correa, O.B.R. (2000). Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In O.B.R. Correa. *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 61-72). São Paulo: Escuta.

Correa, O.B.R. (2013). Grupo familiar e migração. In O.B.R. Correa, *Crises e travessias nas diversas etapas do casal e do grupo familiar* (pp. 141-152). Petrópolis: KBR.

Doin, C. (2009). *Culpas do ganhador, ganhos do perdedor e os impasses psicanalíticos*. Disponível em: http://www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/xxii_cbp_rp_carlosdoin.doc.

Dunker, C. (2017). *Reinvenção da intimidade: política do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu.

Domingues, E.; Honda, H. & Reis, J.G. (2019). A etnopsicanálise de Devereux no filme Jimmy P: uma introdução à clínica transcultural. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 24. Maringá. doi: 10.4025/psicoestud.v24i0.38337.

Eiguer, A. (2017). La différence culturelle et l'étrangeté dans la famille migrante. *Le Divan Familial*, 38 (13), 13-25.

El Hajji, M. (2019, junho). *Hospitalidade: entre ética, política & estética*. Trabalho apresentado no Colóquio Hospitalidade entre Ética, Política & Estética. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394. doi: 10.1590/S0102-79721998000200014.

Ferreira, A. P. (2015). Migração, ruptura psíquica e espaços terapêuticos. *Revista Psicologia USP*, Vol. 26, n(2), 193-198. doi: 10.1590/0103-6564D20140013.

Flaxaus, M.L. & Schoumaker, B. (2016). Democratic Republic of the Congo. A migration history marked by crises and restrictions. Migration Policy Institut. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions>.

Fleury, F. (2019). Total de refugiados no mundo chega a 70,8 milhões, diz Acnur. *R7, Internacional*. Disponível em <https://noticias.r7.com/internacional/total-de-refugiados-pelo-mundo-cheaga-a-708-milhoes-diz-acnur-19062019>.

Franken, I.; Coutinho, M.P.L. & Ramos, M.N.P. (2012). *Representações sociais*, 202-219. doi: 10.1590/S1414-98932012000100015.

Freud, S. ([1915] 2010). A transitoriedade. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 247-252). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. ([1929] 1997). *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago.

Glifford, G. (2017). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Hines, P.M. (2008). Climbing up the rough side of the mountain: hope, culture and therapy. In M. McGoldrick & K. V. Hardy, *Re-visioning family therapy: race, culture and gender in clinical practice* (pp. 367-377). New York: The Guilford Press.

Kaës, R. (2000). Um pacto de resistência intergeracional ao luto: transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In O. Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp.45-60). São Paulo: Escuta.

Lebovici, S. (1987). *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lima, A.K.S. (2012). *Migração e subjetividade: uma revisão de literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais*. Anais do I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Disponível em <http://ufrr.br/ppgsf/index.php/i-seminario-internacional.html>.

McGoldrick, M. & Hardy, K.V. (2008). Re-visioning family therapy from a multicultural perspective. In M. McGoldrick & K.V. Hardy, *Re-visioning family therapy: race, culture and gender in clinical practice* (pp. 3-24). New York: The Guilford Press.

Marinucci, Roberto. (2014). Proteger os migrantes forçados ou proteger deles? *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(43), 07-09. doi: 10.1590/1980-85852503880004301.

Magalhães, A.S. & Féres-Carneiro, T. (2003). A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu. *Pulsional. Revista de psicanálise*, 16(176), 45-60. doi: 10.1590/S1413-81232002000400023.

Magalhães, A.S.; Féres-Carneiro, T. & Gorin, M.C. (2013). Construção da demanda em terapia de casal: cuidar de nós, cuidar de ti e cuidar de si. In I. C. Gomes, & L. Levlesiy (Orgs). *Atendimento psicanalítico de casal* (pp. 14-27). São Paulo: Zagodoni. Disponível em https://spcrj.org.br/ojs/index.php/cad_psi_spcrj/article/view/7

Magalhães, A.S. (2018). Um lugar para a alteridade na conjugalidade: contribuições winnicottianas. In A. Melgaço, A.S. Magalhães & R. Rojas. *Winnicott, integração e diversidade* (pp. 301-308). Rio de Janeiro: Perspectiva.

Melella, C. (2016). El uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) por los migrantes sudamericanos en la Argentina y conformación de redes sociales transnacionales. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 24(46): 77-90. doi: 10.1590/1980-85852503880004606.

Mello, R.; Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A.S. (2015). Das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais. *Revista Subjetividade*, Vol. 15(2), 213-220. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/5275/527553109008.pdf>.

Michaelis, dicionário online. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ex%C3%ADlio/>.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (2017). Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>.

Mirkin, M.P. & Kamyra, H. (2008). Working with immigrant and refugee families. In McGoldrick & K.V. Hardy, *Re-visioning family therapy: race, culture and gender in clinical practice* (pp. 311-326). New York: The Guilford Press.

Moro, M.R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8(2), 258-273. doi: 10.1590/1415-47142005002005.

Moro, M.R. & Lachal, C. (2008). A abordagem transcultural em psicoterapias. In M.R. Moro & C. Lachal, com participação de T. Baubet & B. Dutray. *As psicoterapias: modelos, métodos e indicações*. Petrópolis: Vozes.

Moro, M.R. (2017). Parentalidade e diversidade cultural. *Revista Brasileira de Psicanálise*, Vol. 51 (2), 137-149.

Nações Unidas Brasil (2016). *Qual a diferença entre 'refugiados' e 'migrantes'?* Disponível em <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>.

Nicolescu, B. (1999). *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM.

Palermo, F.R.; Magalhães, A.S.; Féres-Carneiro, T. & Machado, R.N. (2016). Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 38(34), 129-148.

Pompeu, G. V. & Maia, D. (2017). Imigração no Brasil e a natureza jurídica da concessão de vistos humanitários para haitianos e a questão dos refugiados. In Oliveira, M. C. S. A.; Oliveira, M. R. (Orgs.). *Migrações e refugiados: Um olhar multidimensional e os dilemas da contemporaneidade*. Belo Horizonte: Vorto.

Portal Tributário. *Estrangeiros no Brasil: Direitos e deveres*. Disponível em <https://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/estrangeiros-no-brasil-direitos-e-deveres.htm>.

Revuz, C. (1998). A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In I. Signorini (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado* (pp. 213-230). São Paulo: Mercado de Letras.

Rosa, M.D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Sayad, A. (1998). *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: USP.

Soli-Ponton, L.; Lebovici, S. & Silva, M.G.C. (2014). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sluzki, C.E. (1979). Migration and family conflict. *Family Process*, Vol. 18 (4), 379-390. Disponível em <https://sluzki.com/publications/articles/44/migration-and-family-conflict>.

Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sluzki, C. (2008). Migration and the disruption of the social network. In M. McGoldrick & V.K. Hardy, *Re-visioning family therapy: race, culture and gender in clinical practice* (pp. 39-47). New York: The Guilford Press.

Schwarcz, L. M. (2019). Raça e gênero. In L. M. Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Trachtenberg, A.R.C. (2017). Transgeracionalidade: Sobre silêncios, criptas, fantasmas e outros destinos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, Vol. 51 (2), 77-89.

Winnicott, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D.W. (2005). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 39-47). São Paulo: Martins Fontes.

Anexo 1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



FICHA BIOGRÁFICA

Entrevistado nº: _____

1. Idade: _____

2. Gênero: _____

3. País de origem: _____

4. Cidade onde nasceu: _____

5. Cidade onde mora atualmente: _____

6. Tempo que reside no Brasil: _____

7. Escolaridade: _____

8. Profissão:

Que já exerceu: _____

Que exerce atualmente: _____

9. Estado Civil: _____

Há quanto tempo? _____

10. Filiação:

Filho(a) - () idade () país de origem ()
escolaridade

Filho(a) - () idade () país de origem ()
escolaridade

Filho(a) - () idade () país de origem ()
escolaridade

Filho(a) - () idade () país de origem ()
escolaridade

11. Moradia:

Quem mora na mesma casa: _____

Outros familiares que moram no Brasil: _____

Observações: _____

Anexo 2

Roteiro de Entrevista

Motivações para saída do país:

- Como foi a saída de seu país?
- Como foi a escolha do Brasil?
- Como sua família reagiu a essa decisão?
- Como aconteceu o encontro do casal?
- Quais as dificuldades encontradas?

Gestação e parto fora da cultura de origem:

- O que motivou vocês a essa experiência?
- Como você sentiu o acompanhamento clínico no Brasil?
- Como foi a questão do idioma?
- Vocês buscaram e tiveram apoio nesse período?
- Como foi a relação com suas famílias?

Experiência da parentalidade: momento atual.

- Como é para você a experiência de ser pai/mãe de um filho nascido em outro (a) país/ cultura?
- Como é a relação de seu (sua) filho (a) com avós, tios, primos?
- Como vocês se relacionam com outros grupos? (escola, comunidade, amigos)
- Que apoios vocês encontram?
- Que idioma vocês usam para se comunicar?

Perspectivas para futuro:

- Como vocês definem a nacionalidade de seu (sua) filho (a)?
- Como vocês pensam a vida de vocês daqui para frente?

Anexo 3

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: “Parentalidade transcultural nos casais em situação de exílio”.

Mestranda: Cláudia Regina da Costa Pinna

e-mail: ccpinna@gmail.com / tel: (21) 99298-4660

Orientadora: Prof^a Rebeca Nonato Machado

e-mail: recanm@gmail.com / tel: (21) 3527-1185 (PUC- Rio).

Endereço: R. Marquês de São Vicente, 225 – Gávea, Rio de Janeiro – RJ, 22451-900.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio): (21) 3527-1618

Gostaríamos de convidar você a participar, como voluntário, da pesquisa “Parentalidade transcultural nos casais em situação de exílio no Brasil”, realizada pela linha de Família e Casal do Departamento de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a relevância dos movimentos migratórios na atualidade e as possíveis repercussões na formação de novas configurações familiares. Nessa pesquisa, pretendemos investigar a vivência da parentalidade transcultural em famílias que estejam em situação de refúgio no Brasil, com filhos nascidos em território brasileiro. Além disso, pretendemos estudar a experiência de refúgio e as implicações da cultura do país de acolhida nas relações familiares, dando ênfase à experiência de ser pai ou mãe.

Nesse sentido, acreditamos poder contribuir para a compreensão da importância dos aspectos culturais na formação da família e oferecer subsídios para que profissionais de diversas áreas possam também desenvolver práticas e outros estudos em benefício da alteridade em grupos familiares e sociais.